NAUFRÁGIO SER A VERSÃO RECAUCHUTADA DE BOLSONARO NÃO FUNCIONA E MORO É PRESSIONADO A DESISTIR DA CANDIDATURA PRESIDENCIAL

INFÂMIA MORRE SEM PUNIÇÃO CABO ANSELMO, AGENTE INFILTRADO DA DITADURA QUE LEVOU À MORTE VÁRIOS GUERRILHEIROS, ENTRE ELES SUA MULHER GRÁVIDA

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXVII Nº 1200 R$ 24,90
23 DE MARÇO DE 2022

9 771809 669002 01200

INTRIGA E CORRUPÇÃO

NOVAS FRENTES NO EXTERIOR REAVIVAM A BILIONÁRIA E OBSCURA DISPUTA ENTRE A VALE E O EX-SÓCIO ISRAELENSE, ESCÂNDALO QUE CUSTOU ATÉ AGORA 2,5 BILHÕES DE DÓLARES À MINERADORA

CartaCapital
23 DE MARÇO DE 2022 • ANO XXVII • Nº 1200

Desamparada, a população em situação de rua cresce a olhos nus. Pág. 38

ANTONELLO VENERI E NETFLIX

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto e Lula Marques

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez, Fabíola Mendonça (Recife) e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
COORDENAÇÃO DE MARKETING DIGITAL: Shirley Tavares
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

PELO FIM DO VALE-TUDO

Se o TSE "fechar o cerco" contra a desinformação com a disposição que a Corte teve em 2018, vai ser mais do mesmo. São conhecidos a fonte das *fake news* e quem comanda os disparos do gabinete do ódio. Portanto, togados, mãos à obra.

Rita de Cássia Le Sénéchal Cruz

PESQUISAS, MODO DE USAR

Os apoiadores de Bolsonaro são desinformados, não sabem nem se interessam em saber. Existem pastores fazendo lavagem cerebral em fiéis incautos. O PT não pode considerar que a eleição está ganha. Precisa estar mais presente nas periferias e poder contar com o apoio das centrais sindicais.

João Cazo

DOIS MUNDOS

Estão jogando a Rússia no colo da China, que sairá deste conflito em terras alheias como gigante militar e econômica. O mundo mudou e os EUA não têm mais a força que pensam ter.

Aguinaldo Estevão

As sanções impostas à Rússia são prova cabal de que os humanos não sabem conversar. Se o diálogo imperasse, não haveria guerra. Somos e seremos sempre seres irracionais. Só a lamentar.

Mark Markendorf

A GUERRA NOS CAMPOS

Acho importante ressaltar que a Rússia está sob ataque imperialista desde 1990, quando o Ocidente manteve a Otan, enquanto a Rússia ingenuamente desmontava o Pacto de Varsóvia. Desde então, os EUA tentam destruir esse país de dimensões continentais. Será que os norte-americanos ficariam inertes se a Rússia ocupasse o México ou o Canadá? Geopolítica não é para amadores e Putin foi chefe da KGB. Um ditado da Índia diz que, "quando dois elefantes brigam, quem sofre é a grama". Sabemos quem é a Ucrânia neste caso.

Orlando F. Filho

A essência da guerra na Ucrânia reside na unilateralidade praticada pelo império, os EUA, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, reforçada pela submissão europeia. Todo império sempre foi unilateral. Neste caso, o instrumento usado pelos EUA foi o avanço da Otan para estrangular a Rússia. Difícil entender a estratégia pensada pelos norte-americanos, quando se encurrala uma potência nuclear. Só o desespero por seu declínio explica. Mas, tudo leva a acreditar, a unilateralidade acabou, agravada também com o uso do bloqueio econômico à Rússia, atingindo todos os povos e nações, inclusive tocando no sagrado direito de propriedade capitalista, através do bloqueio indiscriminado aos bens russos, sem aval das Nações Unidas.

Antônio Negrão de Sá

ONTEM E HOJE

A guerra de narrativas vai longe. Não temos um negociador nato como Henry Kissinger, ex-secretário de Estado dos EUA. Temos na negociação um autocrata da Rússia, um presidente humorista, sem qualquer conhecimento de geopolítica e negociação bilateral, um presidente americano fraco dentro do seu próprio país, e líderes da União Europeia sem destaque. O resultado é imprevisível para a humanidade.

Carpes Filho Walmor

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Pato Donald intimado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, solicitou esclarecimentos ao Ministério da Justiça, na segunda-feira 14, sobre o processo de extradição do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos. Alvo de inquéritos que tramitam na Corte sobre a difusão de *fake news* e a organização de atos antidemocráticos, Santos está foragido nos EUA desde outubro de 2021, quando o magistrado ordenou a sua prisão preventiva, bem como a extradição e a inclusão de seu nome na lista vermelha da Interpol. O foragido chegou a participar de eventos na companhia de ministros de Bolsonaro e não se cansa de debochar de Moraes. Recentemente, gravou um vídeo em frente à Disney e sugeriu que o ministro pedisse ajuda ao Pato Donald para encontrá-lo nos EUA.

Marielle/ Quatro anos no escuro

A investigação passou por três diferentes grupos de promotores e cinco delegados, sem esclarecer quem é o mandante do crime e sua motivação

O brutal assassinato de Marielle Franco completou quatro anos na segunda-feira 14, mas as investigações conduzidas pelo Ministério Público fluminense e pela Polícia Civil foram incapazes de apontar o mandante do crime e qual teria sido a motivação. A vereadora do PSOL foi executada a tiros durante um ataque ao carro que a transportava, na região central do Rio de Janeiro. O motorista Anderson Gomes também morreu no atentado.

Dois ex-policiais militares foram apontados como executores do duplo homicídio: Élcio de Queiroz e Ronnie Lessa – este último, um vizinho de Jair Bolsonaro no Condomínio Vivendas da Barra. A dupla está presa em penitenciárias federais e nega as acusações. Os denunciados serão levados a júri popular, mas o julgamento ainda não foi marcado. Segundo a Promotoria, Lessa efetuou os disparos com uma submetralhadora, enquanto Queiroz dirigia o veículo que emparelhou com o carro de Marielle.

Suspeita-se do envolvimento de milícias no crime, mas até agora nada ficou comprovado. O ex-vereador Cristiano Girão, antigo chefe da milícia da Gardênia Azul, chegou a ser apontado como possível mandante. Em 2019, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia contra Domingos Brazão, conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado, por tentar obstruir as investigações. Ambos negam as acusações.

As investigações do caso passaram por cinco delegados na Polícia Civil e três grupos diferentes de promotores. As trocas sempre ocorreram em circunstâncias pouco transparentes. Para reforçar a angústia dos amigos e familiares da vereadora assassinada, as promotoras Simone Sibílio e Letícia Emile pediram, em julho de 2021, para deixar a força-tarefa do Ministério Público, devido a "interferências externas" na apuração.

O caso segue sob responsabilidade do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do MP fluminense, e da Polícia Civil. Mas, até agora, os investigadores nem sequer concluíram se o crime teve ou não motivação política. Tampouco foram capazes de descobrir o paradeiro da arma usada no crime. "Temos que lutar pela memória da Marielle, assim como por um país e um Rio de Janeiro que não venham a perder novas Marielles", desabafou, no Twitter, o deputado Marcelo Freixo, amigo e padrinho político da vereadora. "O que está em jogo é a sua memória, é a saudade e o desejo por um mundo mais justo a todos."

Obituário/ Partida impune

Morre Cabo Anselmo, o mais famoso agente duplo da ditadura

Morreu na terça-feira 15, aos 80 anos, José Anselmo dos Santos, conhecido como Cabo Anselmo, o mais famoso agente duplo da ditadura. O militar estava internado em um hospital na cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, tratando complicações de um cálculo renal. Um dos líderes da Revolta dos Marinheiros nos dias que antecederam o golpe de 1964, ele foi expulso das Forças Armadas e preso no início do regime militar. Ao ser libertado, refugiou-se no Uruguai e, depois, em Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha. Ao retornar ao Brasil, passou a militar em grupos armados de esquerda, mas logo se tornou um colaborador da ditadura.

Entre os serviços sujos prestados ao regime, Cabo Anselmo atraiu seis colegas da Vanguarda Popular Revolucionária para uma emboscada, em janeiro de 1973, na Chácara São Bento, na Região Metropolitana do Recife. Os agentes da repressão executaram todos os participantes do encontro, inclusive a paraguaia Soledad Barret, companheira de Cabo Anselmo que esperava um filho dele. Na autobiografia *Minha Verdade*, lançada em 2015, o agente infiltrado disse que o temido delegado Sérgio Paranhos Fleury havia prometido que Soledad seria poupada, mas o acordo não foi honrado.

O ex-marinheiro viveu clandestinamente por longos anos, chegou a fazer cirurgias plásticas para não ser reconhecido e, em 2004, tentou pegar carona na Lei de Anistia, solicitando indenização ao Estado. Com o pedido negado, Cabo Anselmo recorreu da decisão no governo Temer, mas voltou a ter a solicitação recusada. Mais recentemente, em 2020, com Jair Bolsonaro no poder, tentou reabrir o processo, mas não logrou êxito. Morreu solitário, mas impune, como ocorreu com quase todos os carniceiros da ditadura.

ALEXANDRE RESENDE/FOLHAPRESS E FERNANDO FRAZÃO/ABR

O infiltrado ainda tentou pegar carona na Lei de Anistia e pediu indenização ao Estado brasileiro

Rindo sozinho

Enquanto jogava confetes para Jair Bolsonaro, Danilo Gentili foi incensado pela militância bolsonarista, sobretudo após lançar o filme *Como se Tornar o Pior Aluno da Escola* (2017), um besteirol destinado a combater o discurso "politicamente correto". Agora, que flerta com Sergio Moro e a turma do MBL, a maré virou. Desde que o longa estreou na Netflix, Gentili passou a ser acusado de incentivar a pedofilia, por conta de um personagem que assedia estudantes na trama. O ministro da Justiça, Anderson Torres, decidiu, numa canetada, censurar a obra no *streaming*. O deputado-pastor Marco Feliciano, por sua vez, deletou uma antiga postagem elogiando o filme. Diz não se lembrar da cena. "Devo ter saído para atender o telefone." Isolado, Gentili agora se gaba de ter incomodado petistas e bolsonaristas. "Nenhum comediante desagradou tanto quanto eu. Sigo rindo." Sozinho.

A Semana

Assange perto da extradição

A Suprema Corte do Reino Unido comunicou, na segunda-feira 14, que não deve aceitar um recurso apresentado pelo criador do WikiLeaks, Julian Assange, para evitar a sua extradição para os EUA, onde é acusado de violar uma lei de espionagem e de conspirar contra o governo. Em primeira instância, a juíza responsável pelo caso negou o pedido das autoridades norte-americanas, por entender que Assange poderia se suicidar com a transferência. Em dezembro, a segunda instância refutou, porém, os argumentos da defesa e manteve a extradição. Com o aval da Suprema Corte, o procedimento só precisa ser ratificado pela secretária britânica do Interior, Priti Patel, que dificilmente vai se contrapor ao pleito dos EUA.

Colômbia/ Esquerda, volver!

O ex-guerrilheiro Gustavo Petro conquista avanço histórico no Congresso

O senador e ex-guerrilheiro Gustavo Petro foi o grande vencedor das eleições legislativas na Colômbia: não apenas conquistou a indicação da coalizão de esquerda Pacto Histórico para as eleições presidenciais de 29 de maio, como também liderou o avanço inédito do grupo no Congresso.

Nas primárias, Petro recebeu 4,4 milhões de votos, contra 778 mil da ambientalista Francia Márquez, e obteve a indicação do Pacto Histórico para a candidatura presidencial. Ao mesmo tempo, a aliança liderada por Petro tornou-se a principal força do Senado, ao lado dos conservadores, com 16 cadeiras cada. Na Câmara dos Deputados, a coalizão de esquerda conquistou 25 das 188 vagas, empatando com os conservadores, e atrás apenas dos liberais, outra força tradicional, com 32 cadeiras.

Favorito na disputa presidencial, Petro foi prefeito de Bogotá e um ardoroso defensor do acordo de paz do Estado colombiano com as Farc, assinado em 2016 pelo então presidente Juan Manuel Santos. O hoje senador também atuou na luta armada, pelo M-19, que migrou para a política institucional nos anos 1990. O triunfo de Petro representa, ainda, um duro revés para o Centro Democrático, partido fundado pelo ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010). Ele conseguiu eleger o sucessor Iván Duque, em fim de mandato com elevado índice de impopularidade.

Petro é o favorito na corrida presidencial

Peru/ OS GOLPISTAS SE ASSANHAM

EM APENAS OITO MESES, CASTILHO É ALVO DE PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

O presidente é mal-avaliado, mas a rejeição ao Congresso é maior

Pedro Castilho mal teve tempo de se acomodar na Casa de Pizarro, a sede do governo peruano. Oito meses após vencer as eleições presidenciais em primeiro turno, o ex-guerrilheiro tornou-se alvo de um processo de *impeachment*. O Congresso do Peru, de maioria conservadora, aprovou a análise de uma "moção de vacância" por 76 votos favoráveis, 47 contrários e uma abstenção. Trata-se do mesmo dispositivo usado na destituição de Pedro Pablo Kuczynski, em 2018, e de Martín Vizcarra, em 2020.

A oposição alega "incapacidade moral" de Castillo para ocupar o cargo após ele cogitar a realização de um referendo para conceder uma saída ao mar à vizinha Bolívia, um país sem costa. Bastou o presidente mencionar essa possibilidade para ser acusado pelos golpistas de plantão de "traição à pátria". Desde o início do governo, Castilho sofre o boicote sistemático do Legislativo. Agora, cerca de dois terços do eleitorado reprovam a sua gestão, mas o Congresso está ainda mais desprestigiado: tem uma rejeição popular de 70%, segundo o instituto de pesquisas Ipsos.

COLOMBIA HUMANA 2022 E ALDAIR MEJIA/PRESIDÊNCIA DO PERU

O PL das Fake News deveria combater fake news. E não a lanchonete do seu bairro.

A versão atual do Projeto de Lei que está prestes a ser votada pelo Congresso Nacional traz consequências negativas às pequenas empresas que usam publicidade online para vender mais e gerar empregos.

- Pequenas e médias empresas foram responsáveis por 78% dos empregos gerados no Brasil em 2021.*
- 82% dos empreendedores que usam a publicidade direcionada no Brasil dizem que ela é importante para fazer a empresa crescer.**
- 84% a consideram efetiva na busca por novos clientes.**

O Facebook combate a desinformação e já investiu mais de 13 bilhões de dólares em segurança.

Combater a desinformação é uma **prioridade**.
Apoiar o empreendedorismo no Brasil é o **nosso compromisso**.

Saiba mais sobre as consequências econômicas do PL 2630 em **fb.me/PL2630**

*Sebrae
**Deloitte

Mina sem fundo

O RECLAME DE UM ACIONISTA MINORITÁRIO NOS EUA REACENDE O CASO DE CORRUPÇÃO NA REPÚBLICA DA GUINÉ QUE CAUSOU ENORMES PREJUÍZOS À VALE

por CARLOS DRUMMOND

Um negócio aparentemente vantajoso na República da Guiné, cobiçado pelas gigantes do setor e fechado 12 anos atrás, tornou-se um tormento constante, infindável, para a Vale, maior empresa privada brasileira. A representação de um acionista minoritário da companhia, Caio Tambeiro de Castro, enviada à Security Exchange Comission, órgão regulador do mercado de capitais nos Estados Unidos, reivindica a punição da mineradora e a reparação das perdas causadas aos investidores em consequência da corrupção que teria sido cometida pela companhia a partir de 2010, na tentativa de obter direitos de exploração da mina de ferro de Simandou, considerada a Carajás da África. Caso prospere, a ação de Castro, representado pelo escritório Bastos Silva Advogados Associados, poderá resultar em multas pesadas, entre outras sanções. Não está descartada, inclusive, a possibilidade de o processo ganhar maior envergadura se o Departamento de Justiça dos EUA decidir entrar no caso. Essa perspectiva ampliou-se no mês passado com a revelação de um novo documento, que é explosivo tanto por aparentemente confirmar que a Vale sabia da existência de corrupção no negócio feito entre a sua futura sócia em uma *joint venture*, a empresa BSGR, do condenado empresário israelense Benjamin Steinmetz, e o governo da Guiné quanto por revelar, com um dia de antecedência, a informação sigilosa do FBI de que o birô de investigação iria realizar, no dia seguinte ao do encontro, a prisão do lobista francês Frédéric Cilins.

O documento inédito, anexado em fevereiro por Steinmetz aos autos da ação de bloqueio dos seus bens que corre em Londres, é a transcrição das anotações realizadas pelo advogado da Vale, Jonathan Kelly, do escritório norte-americano Clearly Gottlieb, Steen e Hamilton, de uma reunião realizada em Paris, em 12

A MINERADORA AINDA NÃO RECUPEROU OS 2,5 BILHÕES DE DÓLARES PERDIDOS NO NEGÓCIO E CORRE O RISCO DE VIRAR ALVO DA JUSTIÇA NORTE-AMERICANA

de abril de 2013. O encontro ocorreu no escritório da DLA Piper, com a participação de Jeffrey Lewis, do mesmo escritório de Kelly e advogado da Vale em Nova York, Clóvis Torres, atual presidente de Furnas, diretor-jurídico da Vale na gestão Murilo Ferreira, Scott Horton, da DLA Piper, advogado do governo da Guiné e de George Soros, Michael Ostroff, seu colega de empresa, e Steven Fox, ex-agente da CIA e funcionário da Veracity Worldwide, empresa estadunidense de investigação contratada pela DLA Piper.

Na representação protocolada na SEC, Castro descreve "fatos que justificam investigações adicionais acerca da conduta de executivos da Vale em transações comerciais internacionais que, ao que tudo indica, violaram normas do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e de regulação do mercado de capitais norte-americano". A Vale é emissora de recibos de depósitos de ações, ou American Depositary Receipts (ADRs), negociados na Bolsa de Nova York, e decidiu fornecer voluntariamente informações contábeis e financeiras de modo sistemático às autoridades reguladoras dos EUA, o que criou a possibilidade de a empresa ser acionada a partir da Justiça daquele país.

A história começa em 2010 com a constituição, mencionada acima, da *joint venture* entre a Vale e a BSG Resources, de Steinmetz. A associação visava explorar os direitos de mineração da mina de ferro de Simandou, outorgados à BSGR, em 2008, pela República da Guiné, negócio que se mostrou "absolutamente ruinoso para a Vale", descreve a representação. A companhia, relata a ação apresentada à SEC, pagou à vista 500 milhões de dólares pela aquisição de participação de 50,1% nos direitos de mineração, que "logo se frustrou por completo por força da cassação da concessão detida pela BSGR

Condé (*dir.*) suspendeu a concessão de parte da mina de Simandou leiloada por Conté

AFRICAN DEVELOPMENT BANK, SEYLLOU DIALLO/AFP E LEO KLEM/RT AFRICA

sobre a mina de Simandou". Essa revogação foi consequência de uma investigação do governo guineense, iniciada em 2011, que apurou que a outorga desses direitos havia sido obtida "mediante atos de corrupção e tráfico de influência de oficiais públicos guineenses, e que a BSGR, ao que consta, havia pagado milhões de dólares a uma das quatro esposas do presidente Lansana Conté, Mamadie Touré, para influir na outorga dos direitos minerários". Segundo a ação protocolada na SEC, "há provas irrespondíveis, já tornadas públicas, de que a diretoria e os membros do Conselho de Administração da Vale, em 2010, quando da celebração da *joint venture*, tinham plena ciência e convicção de que a outorga dos direitos minerários sobre Simandou à BSGR havia sido obtida mediante atos de corrupção e tráfico de influência de oficiais públicos guineenses e, mesmo assim, quiseram prosseguir com o negócio".

Mais que isso, diz a representação, há provas de que executivos da Vale deliberadamente manipularam o relatório de diligência (*due diligence*) da empresa de auditoria e consultoria Ernst & Young realizada antes da celebração da *joint venture*, com o propósito de excluir *red flags* ou alertas que apontavam riscos relativos à prática de atos de corrupção por parte da BSGR, no que diz respeito à concessão dos direitos minerários sobre Simandou. "Nas demonstrações financeiras publicadas pela Vale", sublinham os advogados do acionista minoritário, "nunca houve a indicação dos riscos de violação a disposições do FCPA envolvidos na celebração da *joint venture* com a BSGR".

As evidências apresentadas à SEC foram obtidas, segundo a representação, a partir de processos judiciais e arbitrais que envolvem a Vale, a BSGR e a Rio Tinto, anterior detentora dos direitos de mineração de Simandou, além de denúncias apresentadas por Steinmetz a

Steinmetz, ex-sócio, foi condenado a indenizar a Vale, mas a briga continua

FABRICE COFFRINI/AFP

autoridades brasileiras, que incluem gravações de depoimentos de executivos da Vale obtidos em uma investigação privada conduzida pela empresa de inteligência israelense Black Cube. Investigadores dessa empresa, fundada por ex-agentes do serviço secreto israelense, realizaram entrevistas, fazendo-se passar por empresários, com administradores da Vale envolvidos nos contratos celebrados com a BSGR e nas relações com o governo da Guiné. As transcrições das conversas entre os agentes da Black Cube e os executivos foram admitidas como provas pela

ESPECIALISTAS DIZEM QUE É DE SE ESPERAR UMA INVESTIGAÇÃO PARA APURAR O VAZAMENTO DE INFORMAÇÃO SIGILOSA DO FBI

Corte de Nova York em disputa judicial entre a companhia e Steinmetz.

Conforme antecipou a informação secreta do FBI vazada na reunião realizada em Paris, o lobista Frédéric Cilins foi preso em viagem aos EUA, em 2014, para encontrar-se com Mamadie Touré, residente na Flórida desde a vitória de Alpha Condé, e pedir-lhe a destruição de provas de pagamento de propina do governo da Guiné para a BSGR e Steinmetz. O pedido foi gravado e Cilins foi condenado a dois anos de prisão nos EUA, fato amplamente noticiado pela imprensa mundial.

O vazamento da informação secreta do FBI revela-se ainda mais estarrecedor diante do comportamento de Scott Horton, advogado do empresário George Soros e do governo da Guiné, um dos participantes do encontro realizado em Paris. "Scott Norton alardeou a prisão de Cilins como se fosse obra sua. Às 14h19 do dia 16 de abril de 2014, enviou um *e-mail* com o título *Update* (atualização, em português), para Brian Heller, um dos mais reputados advogados criminais do Canadá. No corpo do *e-mail*, a reprodução de uma notícia publicada no *site* do jornal inglês *The Guardian*. No título lia-se, em inglês, "FBI prende agente por encobrir corrupção em batalha judicial sobre montanha de 10 bilhões de dólares", relata o jornalista André Guilherme Delgado Vieira, no livro intitulado *O Mapa da Corrupção – A Guerra dos Conglomerados Globais de Mineração pela Conquista da Carajás Africana*. "Com o *e-mail*", prossegue Vieira, "Scott Horton não só espalhou a notícia como pareceu cobrar algum crédito pela própria prisão de Cilins. 'Esta é a minha investigação e do time do FBI. Muito orgulhoso deles'", escreveu Horton sobre o corpo da reprodução da notícia do *Guardian*.

O histórico de iniciativas do Departamento de Justiça dos EUA indica maior apetite dos procuradores por casos com denúncias ainda não divulgadas pela mídia, devido à maior probabilidade de produção de provas. Conhecedores da legislação e da prática das autoridades

IV – EVIDENCE THAT VALE'S EXECUTIVES NEGOTIATED UNLAWFUL PAYMENTS OF R$ 500 MILLION WITH INTERMEDIARIES OF GUINEA'S PRESIDENT, ALPHA CONDÉ

As previously described, in February 2011, Alpha Condé, the newly elected President of Guinea, decided that all iron ore from Simandou mine should be flown off via Guinea instead of Liberia, what could highly increase the transportation costs.

In October 2011, the newly sworn government of Guinea formally informed Vale and BSGR that it would not be possible to export the iron ore extracted from blocks 1 and 2 of Simandou mine via Liberia and determined that operations should be ceased, due to the suspicion that the mining rights on these blocks had been obtained through corruption and influence peddling.

Em outubro de 2011, o governo da Guiné informa à Vale e à BSGR que não poderão exportar o minério de ferro de Simandou e determina a interrupção das operações, devido a suspeitas de que os direitos de mineração foram obtidos mediante corrupção

V – VALE OMITTED RELEVANT INFORMATION AND DISCLOSED FALSE INFORMATION TO THE INVESTORS

Given the number of executives mentioned and the extent of the period during which the facts indicated here occurred, it is possible to conclude that we are not facing individual failures of executives in terms of disclosure of information, but, as it seems, a **deliberate corporate policy of omission of relevant information** on the project in Guinea.

A Vale omitiu informações relevantes e divulgou informações falsas aos investidores

There is clearly a biased selectivity about what Vale publishes and informs the investors regarding the Simandou project.

This is not the first time that the North-American courts have faced omissions and inappropriateness of the information disclosed by Vale to the market. For instance, the company communicated to its investors that the Brumadinho's dams were stable, while it did not consider relevant risk factors that were materialized and caused a very large environmental disaster (**Exhibit 22**).

A Vale é reincidente em omissões e informações inadequadas, mostra também a comunicação aos investidores de que as barragens de Brumadinho eram estáveis, mas seu rompimento causou desastre de grande magnitude

CONCLUSION

As a result of the conducts described above, Vale did violate Section 13(b)(2)(A) of the Exchange Act, which requires issuers that have a class of securities registered pursuant to Section 12 of the Exchange Act and issuers with reporting obligations pursuant to Section 15(d) of the Exchange Act to make and keep books, records, and accounts which, in reasonable detail, accurately and fairly reflect their transactions and disposition of their assets.

O Securities Exchange Act exige que as informações prestadas por uma empresa reflitam de forma precisa a situação dos seus ativos

estadunidenses os procuradores acreditam que é de se esperar uma investigação para apurar responsabilidades ligadas ao vazamento da informação sigilosa do FBI. No mesmo mês da prisão de Cilins, o governo guineense revogou os direitos de mineração da BSGR em Simandou, com base na acusação de que teriam sido supostamente obtidos por meio de corrupção e tráfico de influência. Pouco depois, a Vale iniciou, contra a sua sócia BSGR, uma ação de arbitragem, na London Court of International Arbitration, na Inglaterra, com pedido de ressarcimento de todos os investimentos realizados na parceria malograda.

A Vale venceu a disputa e o tribunal arbitral condenou a BSGR a pagar à empresa brasileira uma indenização por todos os investimentos realizados e perdidos, de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Esse é o valor, cabe ressaltar, da perda da companhia e dos acionistas decorrente do fracasso do negócio, com redução proporcional da receita tributária do País. A Vale luta para receber a indenização pleiteada para ressarcimento dessa perda, e Steinmetz se esforça para evitar o desembolso.

A mineradora brasileira sempre alegou que jamais teria feito a *joint venture* com a BSGR se soubesse ou suspeitasse que a concessão dos direitos de mineração de Simandou em favor da sócia israelense teria origem ilícita, com atos de corrupção e tráfico de influência. O caso na Guiné sofreu, conforme registrado acima, reviravolta em fevereiro, favorável à BSGR e a Benjamin Steinmetz, não no sentido de inocentá-lo de qualquer corrupção, mas no rumo de evidenciar o pleno conhecimento da Vale de que o empresário havia oferecido propina para fechar o negócio com o governo do país africano. Novas informações provariam que a companhia sabia que Steinmetz havia corrompido o governo da Guiné para comprar a mina de Simandou, mas, apesar disso, teria feito de tudo para fechar o negócio como se não tivesse conhecimento desse aspecto, argumentam os defensores do empresário. O documento que registra as declarações durante a reunião realizada em Paris, acima mencionada, é a peça central que poderia mudar o patamar do caso.

Torres, ex-diretor da Vale, diz que as investigações inocentaram a empresa. Horton esteve na reunião em que teria vazado a ação do FBI

Ex-diretor-jurídico da Vale, Clovis Torres, em resposta por escrito à revista, garante que a mineradora jamais fez qualquer acordo com o governo da Guiné para expulsar a BSGR da *joint venture*, tanto que somente ingressou com o procedimento arbitral contra a empresa de Steinmetz logo após a conclusão das investigações do comitê técnico do governo da Guiné que o levaram a revogar os direitos de mineração em abril de 2014. Segundo Torres, a conclusão das investigações desse comitê foi no sentido de que a empresa brasileira não sabia de qualquer prática de corrupção por parte do sócio, ocorrida anos antes da formação da parceria.

Quanto ao propalado acerto entre os advogados da Vale e os representantes da República da Guiné, para que as informações relativas à investigação do FBI não fossem compartilhadas com a administração da companhia e com seus acionistas, Torres afirmou o seguinte: "As informações preliminares de uma investigação ainda em curso pelo governo da Guiné, que foram comentadas na reunião de abril de 2013 pelos advogados daquele governo, eram confidenciais, pois ainda poderiam ou deveriam ser objeto de comprovação e também de compartilhamento com outras autoridades governamentais, inclusive o FBI, que soubemos naquela oportunidade também estar fazendo investigações concomitantes, com que somente houve compartilhamento interno na Vale com quem de direito, naturalmente respeitando-se a confidencialidade de uma investigação sigilosa em curso". É importante lembrar, sublinha Torres, que "dois dias após aquela reunião, um suposto emissário de Benjamin Steinmetz foi preso em flagrante pelo FBI, no aeroporto de Miami, por obstrução de Justiça, quando tentava negociar com a quarta esposa do ex-presidente da Guiné Lansana Conté a destruição de provas da relação dela com a BSGR".

O ex-diretor-jurídico chama atenção para a ação de arbitragem vencida pela Vale, que ordenou que a BSGR indenizasse a antiga parceira em 2,2 bilhões de dólares, conforme sentença transitada em julgado. "Eu não cometi obstrução de Justiça e a confidencialidade das informações preliminares que recebi na reunião de abril de 2013 foi preservada para não atrapalhar as apurações em curso e evitar novas in-

ISTOCKPHOTO, L.S. BEOWULF/PEN AMÉRICA E REDES SOCIAIS

vestidas como a que culminou na prisão do senhor Frédéric Cilins pelo FBI, indivíduo que tentava sabotar as investigações tentando comprar testemunhas.”

Convidada a se manifestar sobre o ingresso na SEC da representação de um acionista minoritário com denúncia de várias irregularidades que teriam sido cometidas por diretores da empresa nas negociações fracassadas para aquisição da mina de Simandou e ainda se deixou de publicar fato relevante sobre o tema, a mineradora brasileira respondeu que “não recebeu qualquer comunicação da SEC sobre o assunto mencionado” e que “não foram identificadas irregularidades por parte de ex-diretores na aquisição dos direitos de exploração dos blocos 1 e 2 de Simandou, na Guiné”. A empresa disse também que “os fatos relevantes foram devidamente publicados quando cabíveis” e reclamou de “factoides frequentemente criados pelo Sr. Beny Steinmetz, numa tentativa de favorecer sua narrativa fantasiosa e esquivar-se de suas obrigações de indenizar a Vale”.

HÁ PROVAS DE QUE EXECUTIVOS DA VALE DELIBERADAMENTE MANIPULARAM O RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA DA ERNST & YOUNG

A mina de Simandou é um recurso natural excepcional que continuará a polarizar a disputa entre as maiores mineradoras de ferro do mundo. Estima-se que os dois principais depósitos, Pic de Fon e Ouéléba, possuam mais de 2,4 bilhões de toneladas de minério de ferro. Em 1997, o sítio de mineração da cordilheira de Simandou foi dividido em quatro blocos de exploração pelo governo da Guiné. Em 2006, a australiana Rio Tinto recebeu o direito de explorar os quatro blocos de Simandou pelo prazo de 25 anos. Dois anos mais tarde, o governo da Guiné revogou parcialmente a concessão da Rio Tinto em relação aos blocos 1 e 2. Nesse momento, começou uma disputa entre diversas gigantes internacionais para a obtenção desses direitos. Em 2008, a BSGR venceu a concorrência e recebeu do governo guineense a concessão antes pertencente à Rio Tinto. Em 2010, a Vale e a BSGR celebraram uma *joint venture* para exploração conjunta da concessão dos blocos 1 e 2. A Vale comprometeu-se a pagar 2,5 bilhões de dólares ao grupo israelense para obter participação indireta de 50,1% em ambos os blocos. Desse total, 500 milhões foram pagos à vista. Em 2011, Alpha Condé assumiu a Presidência e iniciou um processo de revogação dos direitos de mineração da BSGR com base na acusação de que a concessão desses direitos teria sido obtida mediante corrupção de agentes públicos.

A SEC norte-americana não costuma ser complacente como a CVM

Três anos depois, o governo revogou os direitos da BSGR, que teria repassado milhões de dólares a Mamadie Touré, a quarta esposa do presidente Lansana Conté, para que ela influísse na concessão dos direitos minerários em seu favor. A Rio Tinto ajuizou nos Estados Unidos uma ação cível contra a Vale e a BSGR, sob a alegação de que teriam ocorrido violações ao *U.S. Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act*, a lei norte-americana de combate às organizações criminosas, na qual pleiteava o reconhecimento de uma conspiração entre a BSGR e a Vale para corromper oficiais da Guiné, promover a revogação dos direitos de exploração da Rio Tinto em Simandou e obtê-los para si. No ano passado, Steinmetz foi condenado a cinco anos de prisão por uma corte suíça, em virtude da prática de atos de corrupção e tráfico de influência na obtenção dos direitos minerários sobre Simandou.

O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro instaurou inquérito civil para investigar a prática de crimes de mercado de capitais por parte dos administradores da Vale, em razão da omissão de informações sobre os riscos a envolver violação das disposições do FCPA no que diz respeito à *joint venture* com a BSGR para exploração de Simandou. A representação do minoritário na SEC abre, por sua vez, um novo capítulo na disputa interminável e prolonga a dor de cabeça da mineradora brasileira. •

Criptonita eleitoral

2022 Ninguém quer saber da candidatura presidencial do "Super-Moro", que agoniza em praça pública

POR MAURÍCIO THUSWOHL*

Uma nova pesquisa de intenções de voto para a Presidência da República, da Qaest/Genial, divulgada na quarta-feira 16, manteve fria a ducha sobre a cabeça do ex-juiz Sergio Moro. Em um levantamento no qual Lula manteve 44% e Jair Bolsonaro registra 25%, o candidato do Podemos aparece estacionado na casa dos 7%, empatado com o pedetista Ciro Gomes. Moro não decola, apesar da torcida da mídia corporativa e de parte do empresariado, na busca desesperada e aparentemente inglória pela "terceira via", ele enfrenta crescente aversão no partido ao qual se filiou recentemente e não descarta desistir da candidatura nacional e abraçar um projeto mais modesto: uma vaga ao Senado.

O ex-ministro, segundo fontes ouvidas por *CartaCapital*, tem consultado amigos e aliados a respeito da mudança de objetivos. Não seria, porém, um movimento fácil. Uma eventual candidatura a senador pelo seu estado natal, o Paraná, pareceria uma punhalada em seu mentor político e entusiasmado propagandista Álvaro Dias, que há 24 anos mantém uma cadeira cativa na Casa. Caso postule uma vaga em outra unidade da federação, corre o risco de naufragar, principalmente pelo oportunismo da jogada, que até os eleitores menos atentos perceberiam. Detalhe: a janela para transferência de domicílio eleitoral encerra-se em 2 de abril. "Moro está preocupado com a possibilidade de, uma vez fora da magistratura e sem mandato político, se tornar uma presa fácil para amplos setores do Judiciário e da política que querem vê-lo responder pelas irregularidades cometidas na condução da Lava Jato", diz uma fonte que acompanha com atenção os movimentos do ex-juiz e prefere não se identificar.

Os acontecimentos das últimas semanas foram decisivos para o medo vencer a esperança nos bastidores de uma pré-campanha que, cada vez mais, tornou-se um projeto sustentado apenas nos erráticos esforços do ex-juiz e da presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu. O ponto de inflexão nos ânimos da tropa, conta uma testemunha, foi a recusa de ACM Neto, prefeito de Salvador e pré-candidato ao governo da Bahia, em aceitar a filiação de Moro no União Brasil, fusão do DEM e do PSL. So-

O carnaval da Lava Jato já não arrasta multidões como antigamente

FERNANDO WILLADINO/ACAERT E NELSON ALMEIDA/AFP

ACM Neto tripudiou de Moro em uma reunião virtual do União Brasil. Renata Abreu é uma das poucas a insistir na candidatura

madas, a numerosa bancada parlamentar (60 deputados até o fechamento desta edição e à espera de novas filiações), a capilaridade nacional e, sobretudo, a polpuda fatia do fundo eleitoral reservada à nova legenda, faziam brilhar os olhos do pré-candidato. Triste desfecho. Depois de tanto insistir com Luciano Bivar, presidente do UB, o ex-ministro conseguiu um encontro virtual com a cúpula do partido. Deparou-se, no entanto, com um clima de absoluto constrangimento. "Logo após tentar vender seu peixe, Moro foi interpelado por ACM, que falou sobre a falta de consistência do ex-juiz e a pouquíssima receptividade que ele tem no meio político. Depois, ACM disse que nenhum candidato a governador do UB gostaria de ter Moro em seu palanque e que ele deveria permanecer no Podemos, um partido de sua estatura", descreve a fonte. Após a reunião, Bivar teria procurado Moro e o Podemos para propor a inclusão de ambos na "frente ampla da terceira via", aliança construída entre UB, MDB e PSDB e que, segundo o deputado federal Júnior Bozzella, "pede desprendimento dos pré-candidatos em nome de um projeto maior".

Bivar tem liderado esse movimento de aliança, diz Bozzella: "O objetivo é criar regras entre os partidos e os presidenciáveis para escolhermos aquele que tiver maior chance". Sobre a possibilidade de Moro ter esse "desprendimento", o deputado, responsável por parte da agenda do ex-juiz, disse "acreditar que sim, mas que não poderia falar por ele".

As articulações do presidente do UB incluem os pré-candidatos do PSDB, João Doria, e do MDB, Simone Tebet. Inicialmente usado como justificativa para que Moro encabeçasse uma eventual frente da terceira via, o fato de o ex-juiz aparecer à frente dos demais nas pesquisas eleitorais já não seduz o grupo. Com a anuência do presidente tucano, Bruno Araújo, e do emedebista, Baleia Rossi, Bivar pretende estender o processo de escolha até junho. Também não está descartada a realização de uma prévia com os votos de dirigentes, parlamentares e candidatos a governador das legendas envolvidas, o que sepultaria de vez as chances do ex-magistrado. A situação tende a ficar ainda mais difícil se o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, nome preferido dessas legendas, trocar o PSDB pelo PSD e lançar-se à corrida presidencial.

A sinceridade de ACM Neto deixou sequelas, mas foi apenas o início das desventuras em série do pré-candidato. Após o suicídio verbal do deputado estadual e postulante ao governo de São Paulo Artur do Val, em sua "visita solidária" à Ucrânia, Moro, embora tenha logo na primeira hora repudiado o comportamento do até então aliado, perdeu o palanque no maior colégio eleitoral do País. Para piorar, os deputados do Podemos paulista começam a debandar, a maioria em direção à candidatura do vice-governador Rodrigo Garcia, do PSDB, aliado de Doria. Uma liderança do partido conta que, no afã de ter um palanque próprio, Moro chegou a convidar Renata Abreu para se

lançar ao governo paulista. Vale lembrar que, até uns meses atrás, a presidente da legenda esteve cotada para o posto de vice na chapa, devido à falta de alianças que engessa a candidatura do ex-juiz. Renata tem escapado pela tangente. Admitiu a hipótese de topar a missão, mas no fundo prefere se candidatar novamente ao cargo de deputada federal. Na eleição paulista, cogita apoiar Garcia ou o candidato do Novo, Vinícius Poit. Abreu não atendeu aos pedidos de entrevista.

O erro por ter apostado – e desperdiçado – suas fichas na construção de um palanque ao lado de Arthur do Val em São Paulo e ter entregado a estratégia de comunicação da pré-campanha nas redes sociais ao MBL continua a assombrar Moro. Após os áudios vergonhosos de "Mamãe Falei", a fatídica viagem à

ACM Neto fechou as portas do União Brasil e lançou Moro às cordas

Ucrânia virou uma investigação por evasão de divisas que envolve o coordenador nacional do MBL, Renan dos Santos, investigado em outras ações por condutas semelhantes. Especialistas afirmam que eles não poderiam ter enviado a quantia arrecadada no Brasil, via Pix, para a Eslováquia sem o devido aviso às autoridades brasileiras. Outro nome que chegou a ser ventilado como substituto de Arthur do Val, o vereador Rubinho Nunes, foi descartado. Moro, que insiste na imagem de paladino da ética e tem como única bandeira o combate à corrupção, teria dificuldades em explicar a aliança com um movimento envolvido em diversas atividades suspeitas.

Concretamente, Moro contabiliza no momento apenas um palanque, no Distrito Federal, ao lado do senador José Antonio Reguffe, também do Podemos, candidato ao governo. Nem mesmo em seu estado natal, o Paraná, as alianças estão garantidas. Até o início do ano, seu candidato era o então dirigente estadual do partido, José Silvestri Filho, que migrou para o PSDB e entregou o palanque a Doria. A opção de dividir o apoio do atual governador Ratinho Júnior, candidato à reeleição, com Bolsonaro é pouco provável, por causa da intervenção de Ricardo Barros, do PP, líder do governo na Câmara, que mina a hipótese.

REDES SOCIAIS, VALTER PONTES E SAULO ROLIM/PODEMOS 19

Quem tem Arthur do Val como aliado não precisa de adversários

No Rio de Janeiro, terceiro maior colégio eleitoral, o Podemos praticamente inexiste. Um dos dois deputados estaduais do partido, o tetracampeão Bebeto, anunciou que pretende se filiar ao União Brasil. O outro, Alexandre Freitas, não respondeu às perguntas da revista. Sem espaço no palanque do governador Cláudio Castro, que tentará a reeleição e sagrou uma aliança com Bolsonaro, o ex-juiz arrasta a asas para outras candidaturas, entre elas a de Felipe Santa Cruz, ex-presidente da OAB, cotado ao governo fluminense pelo PSD. Sondado por *CartaCapital* sobre a possibilidade de se aliar ao ex-ministro, Santa Cruz respondeu com uma sonora gargalhada.

No restante do Brasil, o quadro é ainda mais desanimador. O Nordeste parece abominar o pré-candidato, situação agravada pelas fotos constrangedoras ou gafes cometidas nas poucas visitas à região. Em uma delas, o ex-juiz afirmou "ter conversado com agricultores do Agreste cearense", embora essa região geográfica de transição entre a Zona da Mata e o Ser-

tão não exista no Ceará. O estado é o único da região no qual Moro terá palanque, em companhia de Capitão Wagner, candidato ao governo pelo PROS e que, possivelmente, cederá espaço a Bolsonaro.

Em discussões internas em Brasília, parte dos 11 deputados federais do Podemos não esconde mais o descontentamento com a candidatura, e a expectativa é de que a crise se torne pública e insustentável nos próximos dias. Lideranças ouvidas por *CartaCapital* contam que a bancada cogita fazer um "convite formal" para o ex-juiz desistir de vez das pretensões presidenciais. "Moro tem se demonstrado despreparado, arrogante, prepotente e sem nenhuma visão da política", resume um parlamentar. "Se seguirem com essa loucura, vamos deixar o partido", ameaça outro. Ao menos quatro deputados podem migrar na atual janela partidária para ficarem livres e apoiarem as campanhas de Lula ou Bolsonaro, mas preferem manter a discrição, pois "continuarão se Moro sair".

A recente crise do MBL chegou a "dar esperanças" aos correligionários de que o ex-juiz jogaria a toalha. "Quando aconteceu, até a chapa para deputados, que

A bancada do **Podemos quer ver o ex-juiz pelas costas.** Os aliados do MBL falam em "saída honrosa"

não temos conseguido montar por causa da pré-candidatura do Moro, deu certo. Mas a Renata Abreu avisou que ele segue candidato e aí a chapa se desfez. Neste momento, Moro é o candidato apenas de Álvaro e Renata", resume um deputado do partido. O desembarque do MBL, um dos motores da pré-candidatura de Moro, estaria para ser anunciado em breve. Os líderes juvenis do movimento ficaram ressentidos com as declarações do ex-ministro, segundo o qual as declarações sexistas de Artur do Val sobre as mulheres ucranianas "poderiam ser configuradas como crime". Em nota, o MBL afirma que continua a apoiá-lo, mas nas redes sociais militantes usam termos como "saída honrosa" para defender a retirada da candidatura.

Antonio Carlos de Almeida Castro: "O maior inimigo de Moro é o próprio Moro"

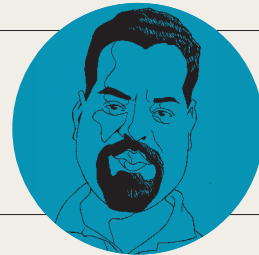
SERGIO DUTTI/FOLHAPRESS

Segundo o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, Moro cometerá um erro se decidir sair candidato ao Senado em busca de um foro de prerrogativa. "Se ele se eleger senador ou deputado para ter um foro para se proteger, dará um tiro no pé, pois é desmoralizado nos tribunais superiores. No STF, a maioria dos ministros tem repulsa ao Moro. Sem falar que será ridicularizado no Congresso." Kakay ressalta que foi "exatamente tentando criminalizar a política" que o ex-magistrado construiu seu nome. "O maior inimigo de Moro é o próprio Moro. Ele julgou que iria surfar nessa onda de super-herói. Houve um momento em que, graças ao apoio norte-americano e da mídia, ele poderia ter chance. Mas, felizmente para o Brasil, ele perdeu o *timing*."

Uma eventual volta ao meio jurídico, avalia Kakay, também não seria tarefa fácil: "Tudo mudou a partir do momento em que a Lava Jato foi desestruturada e a sociedade, os advogados e especialmente o Supremo Tribunal enfrentaram a questão com isenção e profundidade técnica. O Moro foi desnudado como um juiz parcial que instrumentalizou o Judiciário e corrompeu o Sistema de Justiça". O advogado prossegue: "Após ter aceitado ingressar nessa empresa dos EUA, onde é sócio de ex-agentes da CIA, Moro terá muita dificuldade no meio jurídico. Nenhum ministro do STF ou do STJ dará qualquer valor a um parecer dele. Na advocacia, após a prepotência e arrogância que dispensou aos advogados durante a Lava Jato, é absolutamente desprezado e não terá nenhum espaço. Acho que a saída dele é voltar para os grupos norte-americanos que o sustentavam naquela época, e talvez viver disso".

Procurado pela reportagem e questionado sobre sua eventual desistência da corrida presidencial, Moro respondeu, por meio de sua assessoria: "É *fake news*".

**Colaborou Ana Flávia Gussen.*

GUILHERME BOULOS

Epidemia de despejos

▶ Se o STF não renovar o prazo de suspensão das reintegrações de posse, mais de 132 mil famílias correm o risco de parar nas ruas a partir de março

O Brasil pode viver nos próximos meses uma epidemia de despejos. Em 31 de março, vence o período definido pelo Supremo Tribunal Federal para a suspensão de todas as reintegrações de posse no País, em decorrência da pandemia. A decisão foi resultado de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de autoria do PSOL, em parceria com o MTST e a Campanha Despejo Zero. O argumento foi humanitário: seria descabido, na maior crise sanitária da história recente, retirar famílias de suas casas, ainda mais quando o distanciamento e as precauções de higiene são as formas básicas de se conter o avanço do vírus.

Em junho de 2021, o ministro Luís Roberto Barroso acolheu a ADPF, depois legitimada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal e estendida até março deste ano. Mas março chegou, a pandemia não acabou e a crise social atingiu níveis de elevada gravidade no Brasil. Os dados levantados pelo Observatório de Remoções, do LabCidade, apontam para uma catástrofe humanitária. Mais de 132 mil famílias ameaçadas de despejo em todo o País, um aumento de mais de 330% em relação a 2020, no início da pandemia.

Antes da ADPF, 27 mil famílias chegaram a ser removidas, de forma contraditória à orientação sanitária de que as pessoas ficassem em suas casas. Como ficar em casa se não há mais uma casa?

A crise habitacional no Brasil agravou-se nos últimos anos por uma tempestade perfeita. Com o aprofundamento da crise econômica, do desemprego e da inflação, milhões de trabalhadores, residentes nas periferias urbanas, viram o orçamento doméstico apertar e ficaram submetidos à dura escolha entre pagar o aluguel ou garantir a comida. Justamente nesse período, em que as pessoas mais precisariam do Estado, os programas habitacionais foram eliminados no Brasil. O Minha Casa Minha Vida, que atendia famílias mais pobres a partir de um subsídio elevado em sua Faixa 1, foi substituído no governo Bolsonaro pelo Casa Verde Amarela, uma linha de financiamento imobiliário voltada para aqueles que têm renda fixa e capacidade comprovada de pagamento.

O aumento da população em situação de rua é reflexo direto disso. Ele é visível em todos os grandes centros urbanos do País. Em São Paulo, o Censo divulgado em janeiro deste ano apontou 31,8 mil indivíduos vivendo nas ruas, número 31% maior que o de 2020. Esse dado já seria alarmante, mas mesmo ele está subestimado, de acordo com entidades que atuam com a população de rua e o padre Júlio Lancelotti, grande referência no tema. Quem anda pelo Centro de São Paulo vê a olho nu que a cidade mais rica da América Latina se transformou num verdadeiro campo de refugiados, com centenas de barracas e colchões espalhados pelas calçadas.

Imaginem como poderá ficar esse cenário, em São Paulo e outras capitais, se as 132 mil famílias ameaçadas forem, de fato, despejadas. E, pior, na medida em que a ADPF impediu as reintegrações de posse nos últimos meses, poderemos assistir a uma onda de despejos represados ocorrendo entre abril, maio e junho. Uma verdadeira crise humanitária.

É evidente que não será possível evitar as ações judiciais por tempo indeterminado, mas é preciso encontrar uma solução habitacional para as famílias que não seja a rua. É inaceitável que pessoas sejam despejadas sem que tenham algum abrigo. É inadmissível que um país que tem déficit habitacional de 8 milhões de famílias não tenha uma política habitacional voltada para os mais vulneráveis. E é preciso lembrar que a pandemia ainda não acabou e que trouxe consigo um rastro de crise econômica, a incidir especialmente nos mais pobres. Por isso é de se esperar do STF que estenda a suspensão dos despejos por mais um período no País.

Somente assim será possível evitar a tragédia anunciada. O ministro Barroso demonstrou sensibilidade social no julgamento da ADPF em junho e em sua validação até março. Esperamos que compreenda a gravidade da situação e renove a sua decisão. Na quinta-feira 10, o MTST e os movimentos sociais da Campanha Despejo Zero fizeram manifestações em todo o Brasil para alertar sobre o problema. Moradores das comunidades ameaçadas estiveram presentes e era possível ver em seus olhares um misto de desespero e esperança. Que prevaleça a esperança, em vez da tragédia. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Mais um legado do inquisidor

JUSTIÇA Presos injustamente, agricultores processam a União pelos danos causados por decisões do então juiz Sergio Moro

POR RENÉ RUSCHEL

O agricultor Gelson Luiz de Paula ainda se recorda daquela manhã de 23 de setembro de 2013, quando foi acordado pela mulher com o aviso que viaturas da Polícia Federal cercaram sua casa para prendê-lo, por determinação do então juiz federal Sergio Moro. Os policiais traziam um mandado de busca e apreensão de um carro no valor de 80 mil reais e de um iate. Gelson, um ex-produtor de fumo no município paranaense de Irati, havia trocado o tabaco pelo plantio de feijão, milho e hortaliças em um terreno de 1 alqueire e meio, dividido com o pai. Com ele, outros 12 pequenos agricultores foram presos e acusados de desvios na gestão de recursos e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos, do governo federal.

As prisões foram revogadas em novembro do mesmo ano, por decisão da ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça. Segundo a magistrada, as imputações não ostentavam violência ou graves ameaças. Poderiam ser aplicadas medidas cautelares menos incisivas, uma vez que o encarceramento seria uma medida extrema e desnecessária naquele processo. Moro cumpriu a determinação do STJ. Em dezembro de 2016, a juíza substituta da 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt, a mesma que substituiu Moro na Lava Jato, julgou "improcedente a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal". Não havia provas contra os réus. Nenhuma prova, absolutamente nada. Foram absolvidos, mas o estrago estava feito. Os 13 inocentes ficaram detidos entre 48 e 60 dias na sede da Superintendência da PF, em Curitiba.

"A Operação Agrofantasma destruiu os nossos sonhos, desmobilizou os agricultores e a própria associação. Uma parte das famílias foi embora para viver em outras cidades", relata o agricultor. O prejuízo não foi só financeiro. "Houve um enorme desgaste emocional para provarmos a nossa inocência. Continuamos convivendo até hoje com as consequências."

Passados mais de cinco anos, três integrantes do grupo, Gelson Luiz de Paula,

Nelson José Macarroni e Roberto Carlos dos Santos, impetraram uma ação na Justiça Federal pleiteando indenização pelos danos morais e materiais causados pela Operação Agrofantasma. Na peça, seus advogados elencam numerosos erros judiciários cometidos ao longo do processo, como prisão ilegal, abuso de autoridade e má-fé processual. Para investigar supostos crimes de "colarinho-branco" cometidos pelos agricultores, Moro determinou a busca por matrículas de imóveis, documentos de propriedade de veículos e embarcações, bem como valores em espécie superiores a 30 mil reais ou 30 mil dólares. O despacho era claramente abusivo e fantasioso. Os acusados tinham renda mensal familiar de até dois salários mínimos. O rendimento por família no Programa de Aquisição de Alimentos era de 8 mil reais anuais, não fazia qualquer sentido atribuir a prática de crimes de colarinho-branco sem qualquer evidência concreta de que eles escondiam alguma fortuna.

Para Jaqueline Pereira de Andrade, integrante da banca de advogados que defende os agricultores, a fundamentação do processo carece do mínimo de lógica. "Não seria possível atribuir a agricultores familiares a prática de crimes de colarinho-branco ou ordenar um mandado de busca e apreensão com esse perfil, se houvesse o mínimo de boa-fé e comprometimento com a apuração dos fatos", avalia. As posturas "arbitrárias, abusivas e ilegais" adotadas pela PF e pelo ex-juiz, acrescenta, geraram danos extensivos aos familiares, como a perda de credibilidade no comércio local e episódios de *bullying* escolar com os filhos. Mesmo após a libertação, os agricultores passaram a conviver com transtornos psiquiátricos, como ansiedade, depressão, insônia e baixa autoestima. Eles também perderam a colheita de suas safras no período em que estiveram presos. Para agravar, a

A Agrofantasma investigou supostos desvios no PAA. Todos os acusados foram absolvidos por falta de provas

Associação Agroecológica São Francisco de Assis, que geria toda a estrutura de produção e venda dos hortigranjeiros, perdeu 124 integrantes e deixou de participar de editais da agricultura familiar.

Moro fundamentou o pedido de prisão preventiva com base no "histórico dos investigados" e no "risco à sociedade". "Trata-se de um gravíssimo erro judicial", diz a advogada. "São razões vazias, sem provas, sem exemplos fáticos." Os agricultores nem sequer possuíam antecedentes criminais. "Ao contrário, são pessoas que sempre dedicaram suas vidas à organização comunitária e à produção de alimentos saudáveis. Distribuíam e comercializavam seus produtos para sustentar as próprias famílias."

Gelson de Paula cobra reparação do Estado

As "provas" utilizadas na ação penal não demonstraram a existência de desvios de recursos ou irregularidades na gestão do PAA, como Moro afirmou em seus despachos, especialmente no que se refere à falsificação de documentos, como notas fiscais, relatórios de entrega e termos de recebimento e aceitabilidade. Na prática, o que eventualmente ocorria era a substituição de um produto por outro, uma adequação necessária em razão de fatores como o clima e o período de colheita. Ou seja, às vezes estava prevista a entrega de 20 quilos de alface, mas a produção tinha sido de apenas 15 quilos. Neste caso, os agricultores completavam, por exemplo, com 5 quilos de rúcula. Este foi o crime que eles cometeram.

Não ficaram comprovadas quaisquer irregularidades nas documentações, tampouco identificou-se fraude. Segundo Moro, a papelada estava em ordem devido à "intimidação de parceiros". Uma acusação completamente despropositada, pois os relatórios e as notas fiscais eram exigências formais do programa. "A assinatura de relatório e nota fiscais não se configura como 'intimidação de parceiros' como apontou o então juiz na ação, nem como razão para os agricultores serem mantidos presos durante a investigação e instrução do processo", emenda Andrade.

Na avaliação de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, o processo da Operação Agrofantasma, instruído por Moro, é uma vergonha ao Poder Judiciário, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. "Tudo isso faz parte do 'ovo da serpente' gestada pela República de Curitiba, que precisava encontrar casos de corrupção a qualquer preço, para mais tarde mostrar sua face mais cruel, como a morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier, a prisão de Lula e tantos outros políticos perseguidos e depois inocentados." •

ISA LAGANE E GUSTAVO MARINHO/MST

Aposta arriscada

VÍCIO Bolsonaro esconde a carta para os evangélicos, mas seus filhos atuam nos bastidores para legalizar a jogatina no País

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

Sessenta e quatro milhões de reais foi o total movimentado por um grupo de operadores do jogo do bicho com atuação em municípios goianos e mineiros. Investigado desde 2019 pela Operação Zerando a Banca, o esquema levou à prisão do chefe e de oito integrantes da quadrilha, descoberta pela Delegacia Estadual de Repressão às Organizações Criminosas de Goiás. O grupo de Rio Verde, no sudoeste do estado, tinha braços em ao menos 11 cidades, contava com uma estrutura de mais de cem máquinas de jogos e usava dois escritórios para esconder a origem ilícita da fortuna amealhada com as apostas. Na segunda-feira 14, a Polícia Civil concluiu o inquérito e indiciou 16 suspeitos, além de pedir à Justiça o bloqueio de 20 milhões de reais em bens. O delegado responsável pela operação alerta: o jogo é a porta de entrada de uma série de outros crimes, como lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e corrupção. A pena, no caso dos bicheiros goianos, pode chegar a 18 anos de reclusão.

Naquela mesma semana, chegava ao Senado o Projeto de Lei 442/91, que legaliza os jogos de azar no Brasil. O texto foi aprovado por 246 votos favoráveis e 202 contrários na Câmara dos Deputados, com apoio maciço do Centrão, incluindo o próprio presidente da Casa, Arthur Lira. Nos bastidores, houve intensa movimentação de Ciro Nogueira, ministro-chefe da Casa Civil, pela aprovação da proposta. Apenas o PT, o PSOL, o PSC, o Patriota e o Republicanos orientaram as respectivas bancadas a votar contra. Relatado pelo deputado Felipe Carreras, do PSB, pode liberar mais de 60 cassinos, 5,9 mil bingos e videobingos, corrida de cavalos e regulamentar a atuação de 305 bicheiros, indicam projeções do Movimento Brasil Sem Azar e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a Anfip. Seriam autorizados até mesmo cassinos turísticos, em localidades que detenham o título de patrimônio natural da humanidade.

Se na Câmara o resultado foi apertado, no Senado a pauta deve tramitar com ainda mais dificuldade, apesar do intenso *lobby* feito por grandes conglomerados de

Para cada dólar arrecadado com jogos de azar, perdem-se três em custos sociais, revela pesquisa

Las Vegas e de Atlantic City, nos EUA, e de Portugal. A resistência à legalização dos jogos de azar deve unir novamente a oposição, parlamentares ligados a movimentos anticorrupção e a bancada evangélica. Além disso, senadores acreditam que parte do Centrão também tende a votar contra, incluindo o PP de Ciro Nogueira.

"Como o projeto é polêmico, não conseguimos falar nem em unanimidade de blocos ou bancadas, mas sou favorável à legalização. Para você ter uma noção, dos 34 países que formam a OCDE, grupo das nações mais desenvolvidas do mundo, apenas a Islândia não permite. No Mercosul, a proibição vigora apenas no Brasil", argumenta o senador Coronel Ângelo, do PSD, relator de outras propostas semelhantes. Já o colega Eduardo Girão, do Podemos, é radicalmente contra a liberação dos jogos de azar. "No momento em que os brasileiros passam fome, a inflação está no teto, esse projeto só vai beneficiar alguns magnatas e gerar custos sociais para o Brasil, além de enfraquecer o cerco ao combate à corrupção", diz o senador, municiado de manifestações contrárias de algumas das principais entidades religiosas do País, como a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Federação Espírita Brasileira (FEB). "Nunca vi uma sinergia tão grande entre essas três instituições contra um projeto."

A *CartaCapital*, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, esclareceu que ainda está sendo feita uma avaliação para definir o percurso do projeto pelas comissões, e assegura que o projeto vai "seguir os trâmites normais da Casa, sempre pautada por uma discussão ampla". Mas o que levou um projeto apresentado há 30 anos avançar tão rapidamente agora? A resposta está no ambiente político favorável que os conglomerados da jogatina encontraram no Brasil. Desde 2018, lobistas intensificaram a pressão sobre parlamentares, custeando, inclusive, viagens de deputados ao exterior para conhecer cassinos

Em Vegas. O ministro Gilson Machado *(à esq.)* e o senador Flávio Bolsonaro *(à dir.)* conversaram com empresários dos EUA

REDES SOCIAIS E ISTOCKPHOTO

e conversar com empresários do ramo.

O regime de urgência do projeto foi aprovado na Câmara em dezembro, no apagar das luzes do ano, e a votação em plenário ocorreu pouco antes do Carnaval. Lira é um entusiasta da proposta e Jair Bolsonaro finge se opor, no momento, apenas para não desagradar à base evangélica. Enquanto o ex-capitão esconde o jogo, seus filhos atuam nos bastidores. Em 2020, o senador Flávio Bolsonaro viajou para os EUA, na companhia do então presidente da Embratur e hoje ministro do Turismo, Gilson Machado, para conversar com Rob Goldstein, diretor de operações da Las Vegas Sands (LVS), empresa criada pelo magnata dos cassinos Sheldon Adelson. Falecido em janeiro de 2021, ele dizia ter o sonho de abrir uma banca de apostas no Rio de Janeiro. O bilionário, convém lembrar, era um apoiador de Donald Trump e financiou campanhas do Partido Republicano.

"Recém-chegados a Las Vegas, nos reunimos com um grupo de investidores estrangeiros especialistas em *resorts* integrados. Ouvimos do CEO e presidente do grupo, Rob Goldstein, que já foram procurados por vários países, mas o interesse número 1 é no Brasil", postou o filho Zero Um. A viagem causou rebuliço na CPI da Covid, depois que se descobriu a participação de Danilo Trento, diretor da Precisa Medicamentos, na comitiva. A empresa intermediou a compra da vacina Covaxin entre o Ministério da Saúde e o laboratório indiano Bharat Biotech, mas o contrato foi cancelado devido a irregularidades. No mês seguinte à viagem, Flávio recebeu 6,5 mil reais do Senado, em ressarcimento das passagens áreas.

A Comissão de Turismo na Câmara também viajou oficialmente para centros de referência dos jogos de azar pelo mundo afora. Deputados visitaram EUA, Inglaterra, Portugal e Macau, região autônoma da China, segundo consta no Portal da Transparência da Casa Legislativa. Os defensores do projeto argumentam que, mesmo na ilegalidade, os jogos de azar movimentam 18,9 bilhões de reais por ano, dos quais 12 bilhões circulam apenas no jogo do bicho, com 350 mil postos de venda espalhados pelo País, segundo estudo desenvolvido pelo Boletim de Notícias Lotéricas. Enquanto o crime organizado enriquece, o Estado deixa de cobrar impostos sobre a jogatina. Além disso, estima-se que as casas de apostas têm potencial para movimentar até 1% do PIB, cerca de 74 bilhões de reais por ano, e gerar mais de 200 mil empregos diretos ou indiretos.

Ricardo Gazel, doutor em Economia

Crime. Em Goiás, apenas um grupo de bicheiros movimentou 64 milhões de reais. De norte a sul do País, a polícia não dá conta de combater as máquinas caça-níqueis

Jeitinho. Após a proibição dos bingos, multiplicaram-se as versões eletrônicas, com sorteios transmitidos em bares

pela Universidade de Illinois e ex-funcionário do Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, contesta, porém, a previsão da turma. Em um cenário otimista, com alíquota de 30% sobre as receitas, o potencial de arrecadação seria de apenas 1,3 bilhão de reais. Os parlamentares também desconsideram os gastos que o governo teria para montar uma estrutura de fiscalização e controle. Além disso, os impostos que incidiriam sobre os jogos são baixos. O texto prevê uma contribuição fixa de 17%, a "Cide Jogos". Haveria, ainda, uma cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre os prêmios acima de 10 mil reais.

"Só que essa arrecadação canibaliza outras fontes de receita. O dinheiro que seria gasto em compras com alimentação, bebidas e vestuário, sobre os quais a taxação é bem maior, passará a ser gasto em jogos de azar, com uma tributação camarada", observa Gazel. "No fim, a arrecadação total do Estado pode diminuir, em vez de aumentar."

Outro ponto nebuloso é a fiscalização. "Atualmente, temos 7 mil fiscais para monitorar 18 milhões de contribuintes. Se hoje já não temos condições de fiscalizar o contrabando, a lavagem de dinheiro e a corrupção associadas à máfia dos jogos, como vamos ampliar esse espectro?", indaga Vilson Romero, presidente da Anfip. "Além disso, qual bicheiro vai querer se regulamentar e passar a pagar imposto, se hoje não precisa disso?"

O movimento Brasil Sem Azar acrescenta, ainda, que 86% dos visitantes de Las Vegas em 2019 eram norte-americanos e 14% de outros países – e, desse total, apenas 4% viajaram para lá com a finalidade de jogar. Estudo feito pelo economista e cientista político Earl L. Grinols, professor da Baylor University, mostra que cada dólar arrecadado com jogos de azar gera um custo de 3 dólares ao Estado, para amparar famílias desestruturadas e custear o tratamento do vício em jogos, que, segundo projeções do Brasil Sem Azar, pode acometer 100 mil brasileiros. "Precisamos ter em mente que o lucro será privado e o custo será social. Trabalhamos forte na Câmara, mostrando esses dados para 442 deputados, e agora faremos o mesmo no Senado. Esperamos que a análise do tema nessa Casa seja mais técnica", diz Roberto Lassere, presidente do movimento. A Federação Nacional dos Policiais Federais, a Associação Nacional do Auditores Fiscais e o Conselho de Controle das Atividades Financeira já se posicionaram em outros momentos contra a legalização dos jogos de azar. Consultada, a Procuradoria-Geral da República afirmou que aguarda a tramitação da proposta no Congresso para se manifestar sobre o tema.

> "Por que os bicheiros iriam se regularizar, se hoje lucram sem pagar impostos?", indaga Vilson Romero, presidente da Anfip

POLÍCIA CIVIL/GOVRS E POLÍCIA CIVIL/GOVGO

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Como conheci Fernando Pessoa

▶ **Vale a pena saber português, só para ler o poeta no original**

Hoje, quero voltar a falar do grande, do imenso Fernando Pessoa e contar como cheguei a ele. Não me critique, leitor, por passar ao largo da crise que ameaça nos levar a uma terceira guerra mundial. Convenhamos que, *tout compte fait*, a arte e a beleza é que dão sentido à vida.

A maneira como conheci Pessoa foi um tanto estranha. Estranha, mas de alguma forma aparentada com ele mesmo, ele que, em verso célebre e um pouco desgastado pelo excesso de citação, escreveu que "o poeta é um fingidor/ finge tão completamente/ que chega a fingir que é dor/ a dor que deveras sente".

Tudo começou com uma namorada que tive dos 18 aos 22 anos. Não vou dizer o nome dela, pois a estória talvez não a deixe tão bem. Vou rebatizá-la como Celina. Confesso que ela sofria nas minhas mãos. Em retrospecto, percebo que eu era pernóstico e pedante. (Ainda sou, dirão os meus desafetos.) Cheio de livros, filmes, citações, o efeito que eu produzia sobre ela era massacrante, intimidador. Celina era inteligente, culta e lia muito. Mas, insegura, não lidava bem com a avalanche cultural que eu desencadeava.

Um dia ela me disse, timidamente: "Sabe, eu escrevo". Fiquei logo interessado, mas ela não queria mostrar de jeito nenhum. Mas eu insistia e insistia, e não sosseguei enquanto ela não cedeu. Acabou me trazendo certo dia um texto dela sobre um marinheiro que naufragou e, perdido numa ilha, recriou a terra natal na imaginação. Texto curto, simplesmente maravilhoso. Fiquei impressionado, mas ela me fez prometer que não mostraria a ninguém porque "não estava pronto", "não gostava tanto do texto" etc. Abriu uma exceção apenas para a namorada do meu irmão João, chamada Denise, gaúcha linda, de olhos verdes, inteligente e charmosa, que estudava Literatura. Lembro-me tão bem do impacto que o texto causou sobre a Denise. A inveja brotou incontrolável no rosto dela. Refeita do susto, ela se pôs a fazer diversas correções e sugestões que Celina ouviu pacientemente (não estou gostando de usar um pseudônimo, mas paciência).

O tempo foi passando e eu pedia sempre a ela que escrevesse mais. Com muita relutância, ela aparecia com mais alguns textos, mas nada chegava aos pés do marinheiro naufragado. E o assunto morreu.

Anos depois, remexendo em gavetas dei de cara com o texto dela sobre o marinheiro, esquecido lá no meio de papéis. Reli. Impressionante! Mas aí pensei, com convicção: "Ela não escreveu isso". Aí dei uma tremenda prensa nela, tão forte que ela, embora com medo, acabou confessando que não era dela, e sim de Fernando Pessoa! Imaturo e inseguro, fiquei revoltado. Se ela me mentia assim, como confiar em qualquer coisa que me dissesse? Sofri. Não percebia que, pelos motivos antes mencionados, eu era corresponsável pelo elaborado fingimento. Elaborado porque ela fora desencavar de dentro de uma peça de teatro não muito conhecida de Pessoa o trecho fulgurante sobre o marinheiro.

A mágoa passou. E depois de algum tempo nos divertíamos lembrando das várias correções da Denise a Fernando Pessoa!

Fui então atrás da obra dele. E passei de um encantamento a outro – *Mensagem*, os heterônimos Álvaro de Campos, Alberto Caeiro e Ricardo Reis, *O Livro do Desassossego* e tantas outras obras, de poesia e prosa. Aprendi de cor, e ainda sei, vários dos seus poemas.

Alguns poucos exemplos, entre centenas. Sobre Dom Sebastião: "Sem a loucura o que é o homem, mais que a besta sadia, cadáver adiado que procria". E aquele poema, *Aniversário*, de Álvaro de Campos, que começa assim: "No tempo em que festejavam o dia dos meus anos, eu era feliz e ninguém estava morto". Ou ainda aquele outro poema cintilante sobre o amor:

"O amor, quando se revela,/ Não se sabe revelar./ Sabe bem olhar p'ra ela,/ Mas não lhe sabe falar.

Quem quer dizer o que sente/ Não sabe o que há de dizer./ Fala: parece que mente.../ Cala: parece esquecer...

Ah, mas se ela adivinhasse,/ Se pudesse ouvir o olhar,/ E se um olhar lhe bastasse/ P'ra saber que a estão a amar!

Mas quem sente muito, cala;/ Quem quer dizer quanto sente/ Fica sem alma nem fala,/ Fica só, inteiramente!

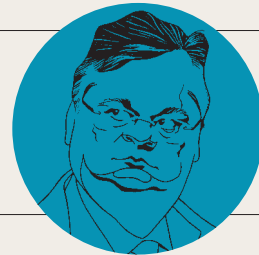
Mas se isto puder contar-lhe/ O que não lhe ouso contar,/ Já não terei que falar-lhe/ Porque lhe estou a falar..."

Repare, leitor, que o poema começa com uma afirmação geral, espécie de tese: "O amor quando se revela...". Mas, de repente, afunila e desce como uma águia para *ela*, palavra que remete a uma mulher particular, que cada um de nós irá associar a uma certa mulher, única, inconfundível.

Quem sou eu para dizer isso, mas arrisco mesmo assim: Fernando Pessoa é um dos grandes gênios da literatura mundial. Só não é mais conhecido porque escreveu em português, nossa belíssima língua, que não tem, entretanto, o impacto internacional do francês, do espanhol, do alemão e, sobretudo, do inglês. Vale a pena saber português, repito pela enésima vez, só para ler Pessoa no original. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

FLÁVIO DINO

O Brasil e a nova cena mundial

▶ O País precisa retomar sua voz ativa no concerto das nações

A guerra em curso na Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, envolvendo indiretamente Otan, EUA e China, explicita a face de um mundo que hoje é multipolar. Múltiplas forças políticas e econômicas atuam simultaneamente em cada conflito, defendendo seus interesses, com destaque para acesso a fontes de energia. É um jogo complexo, que tem frequentemente derivado para trágicos conflitos bélicos.

Com o fim da Guerra Fria, houve a ilusão de supremacia eterna dos Estados Unidos. Um historiador norte-americano chegou, inclusive, a antever o "fim da história". Na tese dele, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), imperaria só uma potência sobre o mundo, os Estados Unidos, com seus valores culturais e sistema econômico. Com isso, cessariam os conflitos que marcaram a história da humanidade até aqui.

Trinta anos depois, o que se vê é exatamente o contrário, um mundo multipolar. Desde então, cresceram em importância econômica e, portanto, política, nações em claro desenvolvimento, notadamente a China, mas também a Índia e a Rússia, esta novamente fortalecida após o fim da URSS. O Brasil chegou a figurar nesse rol de potências emergentes, mas as ingerências externas e as sabotagens internas, vivenciadas desde 2013, atrasaram a nossa caminhada.

Com o crescente poderio de suas empresas, a China caminha para ser a maior economia do planeta na próxima década e tem ampliado sua influência para vários continentes. Suas relações comerciais a tornam um *player* importante em todos os continentes, a começar pelos próprios Estados Unidos, maiores consumidores de seus produtos. Mas as transações comerciais também a ligam com a África e a América Latina, com relevantes relações com o nosso país, a exemplo das nossas exportações de ferro e grãos.

O Brasil deve retomar sua voz ativa no concerto das nações. Maior país da América do Sul, forte mercado interno, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com reservas importantes de petróleo e enorme capacidade de geração de energia renovável, o Brasil deve ter lugar em qualquer mesa de negociação que trate sobre o futuro do planeta. Não fosse por todos esses atributos, seria por abrigar em seu território o mais diverso e extenso bioma do mundo, a Amazônia, sem o qual não existe segurança climática global.

Infelizmente, o Brasil abriu mão de seu papel desde o *impeachment* inconstitucional contra a presidenta Dilma Rousseff. Durante o governo Lula, o Itamaraty sublinhou um histórico de protagonismos da diplomacia brasileira. Lembremos do Barão do Rio Branco e de Osvaldo Aranha. Este, na condição de ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas, teve grande destaque durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, sendo o articulador do rompimento da América Latina com os países do Eixo nazifascista e grande entusiasta das soluções multilaterais para conflitos internacionais. Foi pelas mãos dele que o Brasil se tornou destacado signatário da criação da ONU, o que até hoje nos garante o direito de sermos o primeiro orador nas suas Conferências.

Contudo, lamentavelmente essa honraria tem sido pouco aproveitada, já que a atuação diplomática do Brasil no mundo está prejudicada pela total falta de credibilidade do atual presidente, apegado a exóticas teorias e práticas. Portanto, nosso primeiro passo para retomar o papel de destaque é conseguirmos derrotar o obscurantismo que hoje se coloca na chefia de Estado e, por conseguinte, na nossa diplomacia.

E temos de voltar a olhar para a Amazônia e suas populações. Assumirmos nossa responsabilidade sobre seu desenvolvimento sustentável é passo essencial que temos de dar para sermos respeitados na comunidade internacional, pois a floresta é o nosso principal patrimônio para qualquer observador mundial.

Teremos mais áreas preservadas quanto mais a Amazônia se tornar um vetor da economia verde. O que é importante não só para os 30 milhões de habitantes que ali vivem como também para toda a humanidade, pois a região é indispensável para a garantia da manutenção da vida na Terra. Uma Amazônia cada vez mais apta a prestar serviços ambientais e ecossistêmicos também dará enorme contribuição para reduzir conflitos em nível global, na medida em que se mitiguem crises relativas ao meio ambiente.

Nossa luta patriótica é para que o Brasil possa retomar seu papel de protagonista no mundo, em tantos debates. Para isso, nós, brasileiros e brasileiras, temos de enfrentar a próxima quadra da história sempre buscando construir a paz verdadeira, que é aquela que advém da justiça social. Só enfrentando os nossos desafios para gerar, de modo sustentável, e distribuir riqueza em favor de toda a população é que vamos voltar a ter o nosso lugar de destaque na cena mundial. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Berrante afinado

CONGRESSO Bolsonaro planta *fake news* para liberar o garimpo em terras indígenas e passar outra boiada antiambiental

POR FABÍOLA MENDONÇA

Um levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental, com base em dados da Agência Nacional de Mineração, revela que o Brasil tem hoje 4.361 requerimentos para exploração de sais de potássio e fosfato, dos quais apenas 25 deles estão previstos em terras indígenas (TIs). Especificamente para exploração de potássio, os pedidos que incidem sobre esses territórios representam 1,6%, enquanto os outros mais de 98% estão previstos em outras regiões do País, sobretudo nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Sergipe, localidades com maior presença de jazidas do minério. Apesar disso, em mais uma *fake news* plantada por Jair Bolsonaro, o governo utiliza-se da escassez de potássio no mundo, devido à guerra entre Rússia e Ucrânia, para tentar passar mais uma boiada antiambiental e aprovar, no Congresso Nacional, o PL 191/2020, que regulariza o garimpo ilegal nas TIs.

O projeto tenta regulamentar os artigos 176 e 231 da Constituição de 1988, abrindo uma exceção para a realização de pesquisas e de lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, e para o aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia elétrica em terras indígenas. Há quase dois anos parado na Câmara dos Deputados, o PL 191 voltou à tona depois que Bolsonaro, em uma *live* no início de março, defendeu a aprovação da matéria como forma de driblar a dificuldade em comprar potássio para a agricultura brasileira, por conta do conflito no Leste Europeu. O potássio, o fosfato e o nitrogênio são os principais produtos presentes nos fertilizantes utilizados pelo agronegócio e, no Brasil, 96% do minério é importado. Mas, vale lembrar, menos de 30% vem da Rússia e da Bielorrússia, países envolvidos na guerra.

"A escassez de potássio existe, mas não é motivo para permitir a mineração em terras indígenas. Estudos de diferentes instituições brasileiras mostraram que menos de 11% de todo o potássio mapeado no País está em terras indígenas", explica Suzi Huff Theodoro, geóloga, professora da UnB e integrante da Federação Brasileira dos Geólogos. "Não é necessário viabilizar a exploração mineral da substância nesses territórios, porque não existe essa sobreposição que o presidente alega."

Bolsonaro e sua base no Congresso têm pressa. Menos de uma semana depois da *live* do presidente, o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros, desengavetou o PL 191 e o presidente da Casa, Artur Lyra, não mediu esforços para propor uma tramitação em regime de urgência do projeto, aprovada, no dia 9 de março, por 279 votos a favor e 180 contrários. Detalhe: a manobra aconteceu praticamente na mesma hora em que um grupo de artistas liderado por Caetano Veloso realizou um grande ato público em frente ao Congresso Nacional contra diversos projetos antiambientais que tramitam na Câmara e no Senado, e que reuniu milhares de manifestantes.

> **Apenas 1,6%** dos requerimentos para a exploração de potássio incide sobre territórios indígenas no País

Em regime de urgência, o PL 191 não precisa passar pelas comissões técnicas. Será discutido por um grupo de trabalho, que tem 30 dias para analisar a matéria e encaminhar para votação em plenário. Dos 20 membros do grupo, 13 são governistas e apenas sete da oposição. Um dia após a aprovação da urgência, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara recebeu um documento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, acusando o PL de descumprir as normas e os compromissos internacionais de direitos humanos pactuados pelo Brasil, com graves impactos sobre os povos indígenas. "O parecer da ONU aumenta ainda mais a nossa preocupação com relação a esse projeto que, se aprovado, deverá gerar danos sociais e ambientais irreversíveis. Essa proposta faz parte de um novo projeto de genocídio da população indígena. É urgente que o Congresso ouça esses alertas", comenta o deputado petista Carlos Veras, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Para muitos ambientalistas, advogados e parlamentares, o projeto é ilegal. "A regulamentação em si do aproveitamento mineral e exploração hidráulica em ter-

O projeto "X-Tudo" inclui exploração de petróleo, gasodutos e linhas de transmissão

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO

ras indígenas não é inconstitucional. Mas o PL 191 tem uma série de problemas, porque não respeita os caminhos que a Constituição fala, nem do ponto de vista formal nem material", observa Juliana Batista, advogada do Instituto Socioambiental, citando o parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição, a prever condições específicas para a exploração. A comunidade indígena precisa, por exemplo, ser ouvida e participar da lavra.

Além disso, acrescenta a advogada, o parágrafo sexto do mesmo artigo diz que a regulamentação deve ser encaminhada por lei complementar, não via projeto de lei como proposto, e que a excepcionalidade de o território ser usado por não indígenas só é possível se for de interesse público. "Não existe mineração e exploração hidráulica que não vá utilizar os recursos do solo, dos rios e dos lagos. Tanto que o PL prevê a regulamentação de hidroelétrica, de mineradora, de gasoduto, de exploração de petróleo, construção de hidrovia, ferrovia, estrada, linha de transmissão. Ele regulamenta uma multiplicidade de atividades diferentes, a gente chama o projeto de X-Tudo", diz Batista, lembrando ainda que o parágrafo sétimo fala que os capítulos da Constituição que regram o garimpo não se aplicam em terras indígenas.

O projeto é tão esdrúxulo que o Instituto Brasileiro de Mineração, entidade que reúne as grandes mineradoras do Brasil, divulgou uma nota, na terça-feira 15, condenando o PL. O presidente da Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente na Câmara, Rodrigo Agostinho, do PSB, diz que o objetivo do governo é legalizar o garimpo e reclama da ausência de discussão com transparência. "Se o projeto for aprovado, vai ser um monte de não indígenas na aldeia, os conflitos vão ser intensos, vamos ter abusos, degradação e desmatamento." Pedro Ivo, da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais de Desenvolvimento e Meio Ambiente, reforça: "Estão burlando a Constituição e interpretando de forma falaciosa para beneficiar a bandidagem. No governo Bolsonaro, houve aumento de 300% da mineração ilegal e o impacto nas comunidades indígenas é imenso. Tanto na saúde, com contaminação neurológica em crianças, quanto na poluição de mercúrio e no desflorestamento. Tudo isso em uma tríplice aliança: Bolsonaro, congressistas corruptos e o setor criminoso do garimpo". •

As lições de Putin

DESINFORMAÇÃO Especialistas mostram o que Carlos Bolsonaro pode ter aprendido com o Kremlin durante a viagem a Moscou

POR CARLOS SENNA

ALAN SANTOS/PR E REDES SOCIAIS

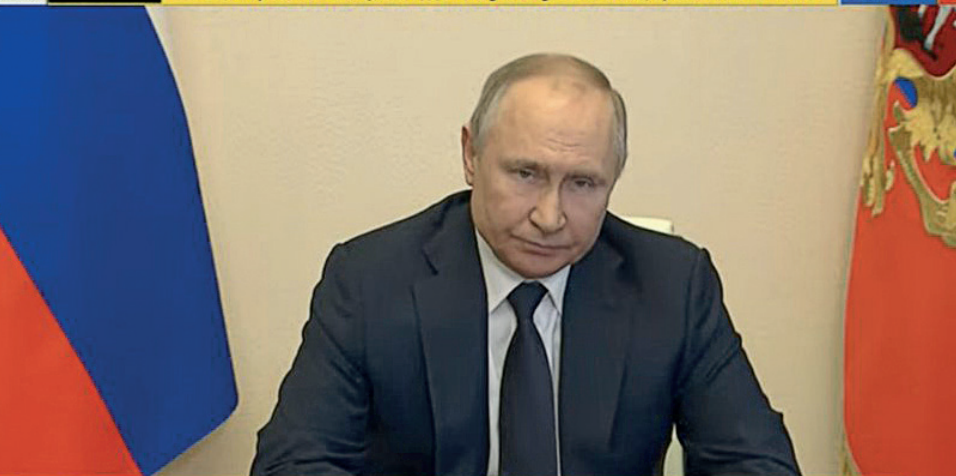
O encontro de Jair Bolsonaro com Vladimir Putin deixou setores da política nacional alarmados, e não apenas pela inconveniência da ocasião, em meio à escalada da tensão na Ucrânia. A oposição desconfiou da presença do Carlos Bolsonaro, o filho Zero Dois do presidente, na comitiva que viajou a Moscou em fevereiro. Em resposta a um pedido do senador Randolfe Rodrigues, da Rede, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, solicitou explicações ao Palácio do Planalto sobre o motivo da presença do "vereador federal" na missão.

Durante a visita oficial à Rússia, Bolsonaro despistou os críticos, disse que o filho estava lá apenas para "atualizar as redes sociais". Para desvendar a real motivação da presença de Zero Dois em Moscou é preciso, porém, reparar a inclusão de outro nome na comitiva, o do assessor especial da Presidência Tercio Arnaud Tomaz, observa David Nemer, professor da Universidade da Virgínia. Arnaud é investigado por coordenar o chamado "gabinete do ódio", dedicado à disseminação de *fake news* e ataques a adversários políticos pelas redes bolsonaristas. É também um dos principais responsáveis pela atualização dos perfis do ex-capitão nas redes sociais, subordinado apenas a Carluxo. Para Nemer, o vereador e o assessor viajaram para entender como funciona a máquina de desinformação do governo Putin. "Com certeza, trocaram táticas e estratégias, eventualmente firmaram alguma cooperação."

Os russos são pioneiros em diversas técnicas de desinformação, como o uso de milícias virtuais, a criação de imagens e vídeos forjados, a divulgação de informações falsas e conflitantes em grande volume, além da manipulação dos mecanismos algorítmicos que regem os ambientes digitais. Todas essas táticas foram usadas na campanha que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, mas não ensinadas diretamente pelos russos. Na ocasião, essa era também a especialidade de outro aliado do clã Bolsonaro, o norte-americano Steve Bannon, o principal estrategista da vitoriosa campanha de Donald Trump à Presidência dos EUA, em 2016.

> Os russos têm *expertise* na criação de informações falsas e conflitantes e na manipulação dos algoritmos

Amigo do guru bolsonarista Olavo de Carvalho, falecido em janeiro, Bannon criou o *site* de notícias de extrema-direita Breitbart e foi vice-presidente da empresa de análise de dados Cambridge Analytica. Foi ele quem desenhou a estratégia perfeita para levar Trump à Casa Branca. Para Bannon, o verdadeiro adversário nas eleições não era o Partido Democrata, e sim a mídia. A única forma de derrotá-la seria inundar os meios de comunicação com informações falsas. Um de seus maiores truques era manter Trump sempre em evidência, criando polêmicas com declarações de impacto, para que os veículos de comunicação estivessem sempre falando do candidato republicano. A estratégia não apenas deu resultado nas eleições, como também as-

Na bagagem. O ex-capitão disse que viagem do filho Carlos Bolsonaro não teve custos para a União, mas não detalhou as depesas nem a agenda do "vereador federal" na Rússia

segurou, em larga medida, o apoio popular à administração dele.

Para a pesquisadora Catesby Holmes, da Universidade Harvard, essa visão da mídia como inimiga é, hoje em dia, comum entre os republicanos, que tendem a acusar os veículos tradicionais e as *Big Techs* de censurar os pontos de vista conservadores. "Não é que a mídia seja esquerdista, ela apenas reflete a cultura norte-americana, democrática e multicultural", afirma. Mas o que deu resultado em 2016, nos EUA, e em 2018, no Brasil, pode não surtir mais efeito, acrescenta.

Uma forte sinalização disso vem justamente do conflito no Leste Europeu. A campanha de desinformação russa contra a Ucrânia está sendo menos bem-sucedida agora do que foi em 2014, quando Putin anexou a península da Criméia e ocupou a região de Donbass, usando tropas sem identificação. À época, o Kremlin divulgou uma avalanche de informações confusas, conflitantes e falsas, para impedir que a opinião pública se consolidasse contra a anexação dos territórios.

O que vemos no conflito atual é uma resposta unificada, forte e imediata à desinformação propagada pelo governo russo, avalia a pesquisadora de Harvard. "Os ucranianos fizeram um ótimo trabalho preventivo para desmentir Putin, antecipando a contestação de argumentos falaciosos que seriam usados pelo governo russo." Os serviços de inteligência dos EUA também atuaram de maneira rápida e inédita, revelando os planos de Putin de invadir a Ucrânia, como de fato ocorreu.

A última grande vitória do governo de Putin manipulando a opinião do público foi nas eleições para o Legislativo, em 2021. Apesar de ter menos de 30% de aprovação popular, segundo diferentes pesquisas, o partido do presidente russo conseguiu eleger 198 representantes

para ocupar os 225 assentos disponíveis no Parlamento. O feito arregala os olhos de Bolsonaro, em distante segundo lugar na corrida presidencial e com uma rejeição superior à metade do eleitorado. "Há muitas maneiras para Putin ganhar, mesmo quando está em desvantagem. A propaganda estatal é apenas parte do pacote, a incluir um exército de *trolls* pagos, algo decisivo em 2016 e que pode ser uma ameaça a outros países", comenta Holmes.

Na manipulação do debate político, o que distingue a Rússia é o fato de Putin ter controle absoluto sobre os meios de comunicação. "Não há espaço sequer para *fake news* que não sejam controladas pelo Kremlin", diz Nemer. A mídia estatal é hegemônica e, quando mensagens disseminadas pela mídia privada ameaçam o discurso oficial, o governo atua rapidamente para limitar o acesso ou banir os veículos incômodos. Foi o que aconteceu, após a invasão da Ucrânia, com o fechamento do *site* independente Znack.com, e com o bloqueio ao Facebook e ao Twitter. Foi também o que ocorreu em 2018, quando uma corte russa baniu o aplicativo de mensagens Telegram, depois que seus administradores se recusaram a fornecer uma "porta dos fundos" na criptografia para o governo monitorar usuários.

O Telegram, por sinal, foi um dos assuntos mais importantes abordados na viagem dos Bolsonaro à Rússia, aposta Nemer. O aplicativo está presente em 53% dos *smartphones* brasileiros, e um em cada quatro usuários afirma usá-lo todos os dias. De todos os líderes mundiais com presença no aplicativo, Jair Bolsonaro tem o maior número de seguidores inscritos em seus canais: cerca de 1 milhão de indivíduos. O segundo colocado, Recep Erdogan, presidente da Turquia, possui pouco mais de um quarto disso, 277 mil seguidores. Em crescimento no Brasil, o Telegram deve se tornar um espaço disputado pelos diferentes candidatos ao Planalto em 2022. Para

Consultoria informal. Steve Bannon, o estrategista de Trump, deu conselhos ao clã Bolsonaro nas eleições de 2018

ARTHUR MAX/MRE E GAGE SKIDMORE

Holmes, o fato de os veículos jornalísticos não terem ocupado espaço significativo no Telegram cria um desafio adicional, pois muitos cidadãos costumam se informar apenas por aplicativos de mensagens ou por "notícias boca a boca".

O bloqueio ao aplicativo na Rússia acabou em 2020. O Kremlin cedeu após a plataforma se comprometer a divulgar mensagens oficiais sobre o combate à Covid-19. Com esse pretexto, Putin passou a usar o aplicativo para dar sequência à sua estratégia informacional. Na avaliação de Nemer, Bolsonaro pode ter aprendido com os russos formas de obter informações privilegiadas dos usuários do aplicativo. "Os canais públicos do Telegram não são criptografados automaticamente, só no envio. O aplicativo tem acesso a muitos dados pessoais e a Rússia pode ter descoberto uma forma de acessá-los", alerta. Isso permitiria à campanha bolsonarista até mesmo monitorar as atividades de outros candidatos e de seus apoiadores.

Em 2016, a Cambridge Analytica de Bannon usou informações de usuários

do Facebook na campanha presidencial norte-americana. Financiada pelos mesmos bilionários que patrocinaram a campanha de Trump, a empresa coletou dados de 87 milhões de usuários da rede social, por meio de um aplicativo capaz de traçar o perfil psicológico dos eleitores. A Cambridge Analytica chegou a orientar a produção de materiais de campanha para pessoas mais suscetíveis às *fake news*.

A companhia estudava como influenciar o plebiscito do Brexit, no Reino Unido, e a campanha presidencial brasileira quando suas atividades foram expostas. Isso não impediu Bannon de tentar articular uma aliança internacional de líderes populistas de extrema-direita, comandada por Trump. O estrategista buscou aproximar-se de Putin, a quem expressou sua admiração como líder e também por sua "masculinidade", e assumiu o papel de conselheiro informal dos Bolsonaro.

Com o aumento da pressão sobre as grandes empresas de tecnologia, que passaram a excluir perfis que disseminam notícias falsas, os populistas da extrema-direita não tinham mais a mesma liberdade para propagar suas mensagens. Para líderes como Trump e Bolsonaro, tornou-se mais atraente buscar veículos alternativos, nos quais poderiam expressar valores reacionários e antidemocráticos sem temer censura. Não por acaso, Jason Miller, outro ex-assessor de Trump, criou a rede social Gettr, e hoje é investigado pelo FBI por seu envolvimento no motim do Capitólio. Miller foi preso no Brasil, em setembro de 2021, ao vir prestigiar um evento conservador promovido pelo deputado Eduardo Bolsonaro. E o próprio Trump lançou recentemente a Truth Social, a sua própria rede de mentiras.

> "Os canais públicos do Telegram não são criptografados automaticamente, só no envio", alerta David Nemer

O filho Zero Três do presidente e o ex-chanceler Ernesto Araújo eram considerados os principais aliados políticos de Bannon no País. "Muito da influência de Bannon e Miller no Brasil é informal. Mas, se falarmos deles, vamos falar também de Eduardo Bolsonaro e Ernesto Araújo. É aí que está o foco de Bannon, especialmente nas redes sociais, principalmente fomentando oposicionismo contra a China dentro do governo Bolsonaro", afirma Benjamin Teitelbaum, professor da Universidade do Colorado e autor do livro *Guerra pela Eternidade: O Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista* (Ed. Unicamp).

Para Teitelbaum, a afinidade ideológica com Olavo de Carvalho, o cientista político russo Alexandr Dugin, conhecido como o "Rasputin de Putin", e Steve Bannon propiciou a criação de uma grande rede de compartilhamento de métodos de manipulação do eleitorado. Para tanto, o grupo investiu na criação de "contrapúblicos", com escolas e veículos de comunicação paralelos, para difundir um discurso alternativo ao público em geral, contra a "modernidade" e focado na religiosidade ou no esoterismo. O movimento foi batizado de "tradicionalismo".

Apesar disso, os bolsonaristas sempre tiveram dificuldade em concordar com um alinhamento à Rússia. O passado comunista do país e a cooperação do Kremlin com a China são vistos com desconfiança por setores da extrema-direita brasileira. Além disso, muitos bolsonaristas pregam abertamente a "ucranização do Brasil", em clara alusão aos grupos fascistas e neonazistas daquele país que combatem os rebeldes separatistas pró-Rússia. Para Nemer, essas divergências não são novidade. "Os pilares do bolsonarismo sempre estiveram em conflito, especialmente entre os olavistas, os militares e os fisiológicos". Essas alas, acrescenta o especialista, se uniram antes para vencer a eleição e nada indica que não farão isso novamente. •

Elo. Zero Três e Araújo faziam a ponte com Bannon, diz Teitelbaum

Sem exageros nem covardia

ENTREVISTA Lula não pode pecar pela temeridade em seu programa de governo, diz Roberto Requião, recém-filiado ao PT

A GETÚLIO XAVIER E THAÍS REIS OLIVEIRA

Após deixar o MDB, partido que fundou e onde militou por 40 anos, o ex-senador Roberto Requião filiou-se ao PT, sigla pela qual deve concorrer mais uma vez a governador do Paraná. Apesar de cortejado por todas as legendas da oposição, Requião escolheu unir-se a Lula. "Escolhi o PT porque temos uma polarização no Brasil. De um lado, a direita e o liberalismo econômico, com pessoas transformadas em objetos de lucro. De outro, Lula", disse, em entrevista ao vivo ao programa *Direto da Redação*, no canal de *CartaCapital* no YouTube.

A aliança não abranda, porém, antigas ressalvas que ele tem em relação ao novo partido. O programa de Lula, diz, não pode "pecar pela temeridade", mas tampouco adianta aliar-se com adversários em função de um "pavor com o fascismo" que, segundo ele, não passa de um "fantasma criado para tirar a possibilidade de o nacionalismo e o progressismo chegarem ao governo".

Requião revela ainda como pretende construir uma aliança entre PT e PDT no seu estado. E impõe suas condições para perdoar os "golpistas arrependidos" do MDB. A íntegra da entrevista, em vídeo, está disponível no YouTube.

A escolha pelo PT

Minha filiação na verdade não é apenas ao PT e à federação. É uma filiação a um movimento de reconstrução nacional. É o mesmo que Lula diz: não somos candidatos de um partido, mas, sim, de um movimento para resolver os problemas do Brasil. Escolhi o PT porque hoje temos uma polarização no Brasil. De um lado temos a direita e o liberalismo econômico, com pessoas transformadas em objetos de lucro para o capital financeiro. De outro, Lula, com um projeto de governo que precisa ser claro, não temerário, e sem a covardia de aliança com o capital financeiro. Esse movimento pode inaugurar a recuperação do País. Acredito que o caminho é esse movimento que se organiza em torno da candidatura de Lula, já totalmente desonerado das falsas acusações da Lava Jato.

> "Não me incomodo com Alckmin, se ele topar defender um projeto nacionalista e progressista"

A saída do MDB

Fui a ficha número 1 e redator da carta de princípios do MDB. O meu MDB era o partido das classes populares, desligado das decisões do grande capital. Era o partido das minorias étnicas, das mulheres e dos trabalhadores. Eu costumo dizer que foi o MDB que saiu de mim e foi se transformando em outra coisa. Até esse princípio redigido foi retirado pelo grupo do Romero Jucá. De repente, não éramos mais um partido das classes populares e nos vinculamos ao liberalismo econômico, ao fim do projeto nacional e à escravização do povo brasileiro.

Golpistas arrependidos

Tenho formação religiosa. Não sou um sujeito ligado à Igreja, mas eu aplicaria o código canônico nessa gente. Em

"O Paraná não é conservador. Sempre estive à esquerda e fui eleito três vezes"

primeiro lugar, o arrependimento; em segundo, a confissão; então a penitência, e só depois o perdão. Não vejo por que uma pessoa não possa se reabilitar, o que não admito é conversar com representantes do erro que persistem nele e querem fazer valer o liberalismo. Temos de ter um programa sem exageros e sem covardia. Quem quiser aderir estará entrando nesse movimento a favor do Brasil.

Ciro Gomes e a terceira via

A tal terceira via desapareceu por erros condenáveis de campanha. É um erro o Ciro bater no PT, assim como é um erro o PT bater em Ciro. O meu sonho pessoal era uma candidatura única, com projeto de transição para a democracia, a soberania, com respeito ao trabalho e democratização da mídia. A oportunidade está dada, porque o sistema que avançava para comandar o mundo e que derrubou o governo brasileiro está em crise. Apesar da polarização, o Ciro tem prestado um grande serviço ao Brasil, discutindo as políticas, fazendo a crítica de erros que cometemos no passado e a crítica às propostas da Fundação "Perseu Obama", que se conforma com as teses do liberalismo. A eleição está polarizada, mas eu não diminuo 1 milímetro a crítica de Ciro. Agora, isso não significa que não podemos continuar juntos e não significa que eu não critique com a mesma dureza essa bobagem do Ciro de chamar todo mundo do PT de ladrão.

Aliança Lula-Alckmin

Lula tem de apresentar, até a convenção do partido, um programa, que aristotelicamente é chamado de ato eficiente, ato meio, modificador da realidade. Esse programa não pode pecar pela temeridade e, muito menos, pela covardia de se aliar com adversários em razão desse pavor com o fascismo, que é um fantasma criado para tirar a possibilidade de o nacionalismo e o progressismo chegarem a um governo. Não me incomodo com a aliança entre Lula e Geraldo Alckmin, se tivermos esse programa e se Alckmin concordar com ele. Não vejo problema, pelas circunstâncias do processo eleitoral brasileiro, pela despolitização, pela maneira como a comunicação se dá na mão de grandes grupos. Tudo isso que citei pode levar a uma vantagem em se ter o Alckmin, que é o que deve ter vislumbrado Lula.

PT e PDT no Paraná

A frente ampla no Paraná passa pela consciência dos partidos. Tenho certa segurança em dizer que nós, aqui, faremos uma aliança com o PDT. Podemos ter a participação do PDT na chapa majoritária ou em uma candidatura ao Senado. O importante será ganhar o governo do estado e corrigir os erros absurdos que estão sendo cometidos desses moleques que estão no governo do Ratinho Júnior.

Conservadorismo paranaense

No Paraná, sempre estive à esquerda do PT e ganhei três eleições para governador e duas para o Senado. Não existe essa história de que o Paraná é conservador. O Paraná tem um domínio da comunicação. O Ratinho tem hoje a outorga de centenas de antenas de televisão, tem emissoras de rádio e domina o SBT, além de estar gastando milhões com outras emissoras. Mas eu fiz um governo popular e ele não fez rigorosamente nada até aqui, além do crime de vender a Copel Telecom. Temos de acabar com as lendas de que o Paraná é um estado de direita, porque não é verdade. Fui eleito três vezes e eu nunca fui de direita.

WANEZZA SOARES

Fique em casa?

ENSAIO Esquecidas pelo Poder Público, as pessoas em situação de rua não tinham onde se abrigar na pandemia e muitas não tiveram acesso ao Auxílio Emergencial

POR ANTONELLO VENERI

A criança chupa o dedo envolvida nos braços maternos. Os transeuntes reparam a cena, mas mantêm o passo apressado. Mãe e filha repousam sobre a calçada da Avenida Paulista, em frente a um banco. Ao lado da afetuosa cena, um solitário cartaz: "Por favor, nos ajude a comprar uma boneca". Do outro lado da via, um homem, duas mulheres e cinco crianças dividem poucos metros quadrados em frente à Igreja São Luís Gonzaga. Pedem esmolas e alimentos. Converso com Fernanda, de 32 anos,

ANTONELLO VENERI

uma dessas mães de rua. Morava em Guarulhos, município da Grande São Paulo, e trabalhava com limpeza e faxina. "Com a pandemia, o trabalho, primeiro, diminuiu e, depois, parou de vez. Morava de aluguel, mas agora não tenho mais como pagar. Estou nas ruas há dez dias, talvez eu vá morar com uma sobrinha."

Em 2019, havia 24,3 mil cidadãos vivendo em albergues ou debaixo das marquises paulistanas. No fim de 2021, eram mais de 31,8 mil, segundo o Censo da prefeitura de São Paulo. Nas demais capitais, não há estudos atualizados. Mas, durante a pandemia, pude documentar o crescimento considerável do número de pessoas em situação de rua em várias delas. Numerosos cartazes nos semáforos e longas filas de espera pelas quentinhas.

A pandemia, que completa dois anos neste mês de março, e a crise político-econômica do País impuseram a rua a quem antes tinha um teto, ainda que frágil. "O sistemático desmonte dos Centros de Atenção Psicossocial do SUS afetou muito as pessoas com sofrimento e transtorno mental", relata Leonardo Rodrigues da ONG Casa da Sopa, em Fortaleza, reconhecida no Brasil inteiro pelo trabalho com a população de rua.

"É evidente que esse crescimento não é apenas por causa da pandemia. Várias medidas atingiram os mais vulneráveis, excluídos até do Auxílio Emergencial. Muitos não têm acesso à internet, não têm *e-mail* e sequer foram cadastrados no sistema do governo. A exclusão tecnológica aumentou ainda mais a desigualdade", evidencia Gilcilene Pereira Silva, coordenadora da Pastoral do Povo

Famílias descartadas. Na calçada da Avenida Paulista, uma mãe acalenta a filha adormecida e várias outras disputam esmolas em frente à igreja. Em Salvador, Shirley e Márcio só têm um ao outro

Fome. De Norte a Sul do País, ecoa o mesmo grito de socorro

de Rua de Salvador. "O que realmente mudou nestes últimos anos foi o perfil. Antes, quem morava na rua era homem, negro e solteiro. Em 2021, vemos outro perfil, famílias inteiras estão sem teto."

O problema é que Fernanda, a mãe que dorme na Avenida Paulista, e muitas outras pessoas não entram nas estatísticas oficiais. Leonardo Rodrigues, da ONG Casa da Sopa, com quem colaboro desde 2011, me explica que existem ao menos três perfis que não entram nas estatísticas. O primeiro são os "temporários", moradores da periferia que migram para o Centro da cidade. "Eles passam de dois a três dias nas ruas, para receber esmolas e comida, e depois voltam para casa", diz. Existem ainda aqueles que vivem em situação de rua nas periferias e jamais são alcançados pelos pesquisadores. Por fim, há os que moram de aluguel em cubículos, mas se viram nas ruas, olhando carro, vendendo alimentos ou fazendo bicos na feira. Com o *lockdown* e as ruas vazias, todas essas atividades pararam e os trabalhadores informais ficaram sem renda da noite para o dia. "São pessoas que estão no limiar de vulnerabilidade e, a qualquer movimento da economia, caem na rua. Eles não entram na classificação, mas fazem parte."

O ativista e produtor cultural Marcelo Teles, companheiro de projetos e andanças por Salvador, acrescenta mais um perfil, quem está na rua com "cara de despejo" recente. "São famílias com televisão, tanquinho, sofá e vários pertences nas calçadas. Foram removidos apesar da proibição judicial." Shirley Bonfim, de 44 anos, e Márcio Santiago, de 34, pertencem a esta categoria: casados há sete anos, perderam o trabalho desde o ano passado e moram numa praça de Salvador com vários pertences da antiga casa (panelas, roupas,

Sem celular nem acesso à internet, boa parte dos desabrigados sequer conseguiu se cadastrar no *site* da Caixa

ventilador). Grávida de uma menina, ela era cozinheira em um restaurante da orla. Até a terceira onda da Covid, relata, "a gente morava em casa, tinha rotina, geladeira, internet... O restaurante onde eu trabalhava fechou três vezes. Na terceira, não conseguiu voltar. Fomos todos demitidos. Não vou mentir, eu não sou feliz na rua. A minha vida com ele (o marido, Márcio) é o que me salva agora".

A nossa conversa noturna acontece no Comércio, um bairro central de Salvador, que durante o dia ferve de vida e à noite se esvazia. "Por aqui passam ONGs, associações e o pessoal da igreja para dar comida. Quem mora na rua depende dos outros. Quando cheguei aqui, em junho, a gente comia o que sobrava dos restaurantes, mas agora estou com medo. Vi um cachorro que comeu os restos e depois morreu. Teve um cara que comeu e também ficou envenenado. Alguém botou vidro moído nas sobras de comida. Morro de medo. Prefiro pegar as quentinhas do pessoal da igreja mesmo."

O ativista Marcelo Teles faz parte do Coletivo Resistência Preta, que arrecadou milhares de cestas básicas por meio da campanha "Você tem fome de quê?" "Querendo ver o lado positivo disso tudo, houve um grande retorno humano. Muitas pessoas contribuíram com doações, especialmente os menos favorecidos. Aqui em Salvador, pelo menos, foi pobre ajudando pobre." •

ANTONELLO VENERI

Tragédia. A população vivendo nas ruas cresceu a olhos nus

Minha casa, meu colchão

FINANCIAMENTO O *home equity* cresce mais de 70%, com investimento no próprio negócio e quitação de dívidas

POR WILLIAM SALASAR

A pandemia de Covid-19 vitaminou o crescimento do Crédito com Garantia de Imóveis (CGI), regulamentado há pouco mais de dez anos, mas ainda pouco conhecido do público. Entre 2020 e 2021, o montante das concessões somou 9,51 bilhões de reais, ante 5,44 bilhões do biênio anterior, expansão de 73,22%. O saldo atual, entretanto, continua baixo: 13,5 bilhões de reais, quase a metade do estoque do cheque especial, que monta a 22,7 bilhões de reais, e menos de um décimo dos 241 bilhões do financiamento de veículos, para não falar dos 391 bilhões girados no cartão de crédito, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

Para a Abecip, o motivo desse baixo estoque reside no prazo das operações, que pode chegar a 20 anos – na média, está em torno de cinco anos –, o que torna a evolução do saldo de empréstimos mais lenta. Além disso, o valor médio é elevado: 212,7 mil reais, em 2021. E, evidentemente, o pré-requisito para tomar um CGI é ter um imóvel próprio, quitado, sem dívidas ou pendências. Ou seja, não é um produto de massa. Por outro lado, as taxas de juro cobradas são as menores do sistema financeiro, com exceção do próprio crédito imobiliário. A taxa média anual do CGI está em 13,6%, enquanto a menor taxa do consignado do INSS apurada pelo Banco Central em fevereiro passado foi de 18,65% ao ano. O menor juro para financiamento de veículo chega a 14,39%.

Ainda assim, é voz corrente que esse produto tem um potencial nada desprezível no Brasil, onde dos 72,4 milhões de domicílios particulares existentes em 2019, segundo o IBGE, cerca de 70% são desalienados, não têm nenhuma dívida atrelada. Logo, são elegíveis para servir de garantia ao *home equity*, como o CGI é mais conhecido no mercado. "Em países mais desenvolvidos, a alavancagem média dos imóveis gira em torno de 50%, ou seja, em geral, os imóveis têm dívidas atreladas equivalentes à metade dos seus valores", assinala Maria Teresa Fornea, da divisão de Home Equity da Creditas, *fintech* especializada em crédito com garantias. "Lá, os consumidores interpretam ter um imóvel como ter um limite para acessar crédito. Aqui, praticamente não se usa o imóvel para alavancagem."

> Há muito espaço para expansão dos empréstimos lastreados em imóveis

Apesar de o CGI, também conhecido como refinanciamento imobiliário, ter o nome parecido com financiamento imobiliário, suas finalidades são bem distintas. O financiamento imobiliário é dirigido exclusivamente para a compra de um imóvel. O CGI pode ser, no entanto, usado como o tomador desejar. Pode ser para quitar outras dívidas, construir ou reformar seu imóvel, ou adquirir um segundo, empreender ou realizar qualquer outro projeto. Na Creditas, os clientes destacam entre os principais motivos para tomar o CGI investir no próprio negócio (24%), pagar dívidas (21%) e adquirir bens (21%). Fornea ressalta o "efeito transformador" do alongamento do perfil da dívida por meio do refinanciamento imobiliário. "Se você imaginar o efeito no fluxo de caixa de tomar uma dívida normalmente de três anos com taxa de juros maior e alongar essa dívida para 20 anos, o efeito disso no fluxo de caixa para a pessoa física, mas principalmente para a pequena empresa, é transformador, porque consegue diminuir o custo de quanto paga por mês para o banco em cerca de 70% a 80%. Vamos dizer que uma pequena empresa que paga 5 mil reais por mês de linha, pega um *home equity*, quita esse capital de giro e, em vez de pagar 5 mil, passa a pagar mil reais por mês. Significa que liberou 4 mil reais de fluxo de reais", detalha.

Fornea diz que os volumes de origem de CGI da *fintech* concorrem com aqueles dos grandes bancos, que poderiam fazer muito mais, dada a base de clientes de que dispõem, e talvez não se esforcem em divulgar o produto para não caniba-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 44

Capital S/A. As plataformas digitais em guerra contra o PL das *Fake News*

Os empréstimos garantidos por imóveis são pouco conhecidos no Brasil

lizar os demais, cujas margens são bem maiores. O diretor de Crédito Imobiliário do Banco Santander, Sandro Gamba, discorda. Ele diz que o seu banco é o primeiro entre os privados, com 24% a 25% do mercado, graças a uma tecnologia própria de análise de crédito que permite aprovar um pedido em até dois dias, embora a média sejam dez dias.

Gamba estima que o produto tem potencial para crescer cerca de dez vezes e chegar a 100 bilhões de reais, como espera o Banco Central, "mas tem quem diga que pode atingir 500 bilhões de reais", pois o produto é atraente para os dois lados, para o tomador, pelo custo bem mais acessível, e para o banco, pela baixa inadimplência atrelada à garantia que o imóvel propicia e que só perde para o próprio crédito imobiliário. O executivo reconhece, no entanto, que o produto, por ser muito novo, não é mesmo muito difundido, que precisa de mais publicidade, e, também, que há resistência da parte dos tomadores em comprometer a casa própria como garantia de empréstimos relativamente vultosos. "É questão de convencer, demonstrar fazendo contas, as vantagens do CGI e mostrar, primeiro, que a própria linha limita o crédito a um máximo de 60% do valor do imóvel e um prazo máximo de 20 anos. Só isso basta para que a inadimplência seja baixíssima, a menor de qualquer outra linha de crédito, exceto o próprio crédito imobiliário", diz. A expansão do CGI, enfatiza, seria importante para impulsionar o crescimento do crédito com segurança no País, que se destaca pelo baixo número de operações de empréstimos e financiamentos para empresas não financeiras como proporção do PIB entre as maiores economias desenvolvidas e emergentes, segundo cálculos do Banco para Compensações Internacionais.

Fornea relata que trabalha com *home equity* há 12 ou 13 anos, desde quando participou da formação de uma companhia hipotecária, um tipo de instituição financeira autorizada a trabalhar com financiamentos imobiliários, incluindo o crédito garantido por imóveis. "Na época, nem sabíamos como alocar *home equity* no balanço, porque não havia regulamentação, que veio amadurecendo desde 2007, quando saiu a lei sobre o produto e sua regulamentação em 2010", recorda. "Mas eu só vi esse movimento ganhando realmente corpo durante a pandemia. Por causa do receio dos bancos, da incerteza que a crise gerou, é bom ter um crédito mais seguro, mais garantido. Agora, é um movimento sem volta." •

ISTOCKPHOTO

Guerra de versões

“
DESAFIO VLADIMIR PUTIN PARA UM COMBATE INDIVIDUAL. AS APOSTAS SÃO A UCRÂNIA
”

ELON MUSK,
bilionário fanfarrão

▶ **As plataformas digitais mobilizam-se contra o PL das *Fake News***

Google, Facebook, YouTube e congêneres decidiram unir-se para tentar barrar o chamado PL das *Fake News*, em tramitação no Congresso. As plataformas lançaram campanha publicitária maciça e seus dirigentes no Brasil têm publicado artigos e concedido entrevistas sobre o tema. Um *link* na página do Google remete a um artigo do presidente da empresa no País, Fábio Coelho, com críticas ao PL. “Não nos opomos ao objetivo proposto pelo projeto de lei, de combater a desinformação”, diz um trecho, “mas, da forma como o texto está agora, ele não vai alcançar essa meta. Acreditamos que a luta contra a desinformação será mais efetiva por meio do diálogo e de compromissos conjuntos entre governo, empresas e sociedade civil.”

Defensores do PL afirmam que o projeto vai estabelecer um conjunto de regras para enfrentar o abuso de poder econômico nas redes sociais e reduzir a possibilidade de que o jogo eleitoral e democrático seja distorcido, como em 2018. Segundo esse grupo, as Big Techs temem perder milhões de reais e dólares ao serem obrigadas a conter ou, ao menos, informar a respeito da disseminação de mentiras e discursos de ódio nas plataformas. Eventuais excessos e equívocos da lei, dizem, podem ser corrigidos no debate no Parlamento.

REDES SOCIAIS, RICHARD CHAMBURY/LONDON BUSINESS SCHOOL, DUNCAN HULL/ROYAL SOCIETY, ISTOCKPHOTO E MARCELO CAMARGO/ABR

CABEÇA DE GENERAL

Ter um militar no comando da Petrobras só podia dar nisso. Em vez de apresentar ideias para controlar os efeitos da alta internacional do petróleo, provocada pela invasão da Ucrânia, o general Joaquim Silva e Luna preferiu apelar à retórica bélica. "Sou soldado. O campo de batalha é a minha zona de conforto. Não fujo do campo de batalha, abandonando a minha tropa. Um homem tem que fazer o que um homem tem que fazer." E daí?, perguntaria um motorista obrigado a pagar, neste momento, 8 reais pelo litro da gasolina.

Magalu *online*

As vendas pela internet evitaram um resultado pior do Magazine Luiza, grande varejista que, como os concorrentes, ainda sofre os efeitos da pandemia. No quarto trimestre de 2021, a empresa registrou prejuízo de 79 milhões de reais. No ano, o lucro foi de 114,2 milhões, queda de 69,8% em relação aos 377,8 milhões de reais de 2020.

Mano Buser

Após algumas vitórias na Justiça que permitiram o funcionamento do negócio, o aplicativo de viagens Buser acaba de lançar uma campanha

para atrair jovens e usuários de menor renda. Uma das estrelas do anúncio é o *rapper* Mano Brown. Gaby Amarantos, Sabrina Sato e Zeca Pagodinho também vão estrelar comerciais da *startup*. "Temos a missão de democratizar o transporte rodoviário", declarou Flávia Oliveira, diretora de *marketing*.

Militância

O investidor George Soros expressou todo o seu pessimismo e militância em relação ao conflito na Ucrânia em artigo distribuído pelo *Project Syndicate*. Segundo ele, a invasão pode marcar o "início de uma terceira guerra mundial, que tem o potencial de destruir a civilização". O investidor também acusa a China de dar "carta branca" a Vladimir Putin, e vai além: "Só podemos esperar que Putin e Xi Jinping sejam removidos do poder".

NÚMEROS

6,45%

é a nova projeção do mercado financeiro para a inflação deste ano. Antes, o porcentual estava em 5,65%

2,4 mil

empresas brasileiras dependem de fornecedores da Rússia e da Ucrânia, segundo levantamento da CIAL Dun & Bradstreet

1

real é o valor esquecido nas contas bancárias por 13,8 milhões dos correntistas

165 bilhões

de reais é o tamanho do pacote de bondades que o governo Bolsonaro pretende lançar em busca da reeleição

O que vai, volta

ANÁLISE O isolamento da economia russa descortina desafios imprevisíveis para o futuro da economia global

POR GABRIEL GALÍPOLO E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
The Observer. A Europa se omitiu, agora exagera em relação à Rússia

Sanções. Grandes marcas optaram por abandonar os negócios na Rússia. É possível sufocar a economia de um dos maiores exportadores de petróleo do planeta?

A invasão da Ucrânia e as sanções econômicas impostas à Rússia pelo Ocidente, na sequência das rupturas nas cadeias produtivas globais promovidas pela pandemia, que subverteram a virtuosa alta integração em percepções de dependência e em propagações de choques de ofertas, fomentam análises de que o movimento de globalização nos moldes observados desde a década de 1980 está ameaçado. O isolamento da economia russa descortina desafios futuros para a economia global.

Dados de 2020 do Banco Mundial apontam a Rússia como a 11ª maior economia do mundo, com PIB de 1,48 trilhão de dólares, cerca de 1,75% do PIB global. A produção de petróleo russo corresponde a cerca de 11% da demanda global. No setor de gás natural, a participação é de, aproximadamente, 6% do mercado mundial, mas quase um terço no caso da Europa. Segundo dados da Bloomberg, a dependência de gás russo é de 94% na Finlândia, 49% na Alemanha, 46% na Itália, 40% na Polônia e 24% na França. No mercado de metais, a empresa russa MMC Norilsk Nickel é atualmente a maior produtora de níquel do mundo e a Rússia responde por 44% do mercado de paládio, insumo importante na cadeia de *chips*. Na agricultura, é o maior exportador de trigo, com 88,9 milhões de toneladas em 2021, atrás apenas da União Europeia, China e Índia.

Hoje as projeções de mercado estimam queda em torno de 10% do PIB russo. O desempenho econômico dos EUA sofreu revisões, na expectativa de menor crescimento em razão de uma possível maior elevação dos juros, pressionados pela maior inflação, com preços de petróleo e outras *commodities* em alta. A China teve suas projeções de crescimento revistas positivamente, pela percepção de menor exposição aos choques decorrentes da guerra e aos estímulos anunciados pelo governo. A Europa tem sido vista como uma das grandes perdedoras com a guerra. Além da dependência energética, pressão inflacionária e consequente maior aperto na política monetária, que vem desenhando um cenário de estagflação e feito investidores reduzirem suas posições em ativos europeus, existem dois focos de preocupação adicionais: **1.** Antes, a maior parte da energia importada da Rússia era paga em euros, agora, com novos potenciais fornecedores, ela deve ser paga em dólares. **2.** O tamanho do fluxo migratório da Ucrânia para a Europa, caso a guerra se estenda ou tenha um desfecho problemático.

> A guerra de sanções ameaça o processo de globalização?

A Primeira Globalização Financeira ocorreu entre a segunda metade do século XIX e os primórdios do século XX. A internacionalização capitalista sob a hegemonia inglesa "produziu" a industrialização dos EUA e da Europa e, simultaneamente, a periferia produtora de matérias-primas e alimentos. A incorporação de novas áreas à divisão internacional do trabalho proposta pela hegemonia inglesa foi efetuada mediante a "especialização" das economias periféricas, na exportação de um ou de poucos produtos.

A segunda Revolução Industrial veio acompanhada de um processo extraordinário de ampliação das escalas de produção. Pouco a pouco, todos os setores industriais foram dominados por grandes empresas, sob o comando de gigantescas

ISTOCKPHOTO

Camarote. Xi Jinping assiste ao conflito a distância, mas tem poder para interferir

corporações financeiras. As transformações sacudiram a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão. A Inglaterra, pioneira da indústria, foi incapaz de deter o avanço dos demais e de preservar a sua supremacia econômica. A emergência de novas potências inaugurou um período de grande rivalidade internacional.

Os Estados Unidos, uma economia em rápida ascensão, terminaram o século XIX como a maior economia industrial do planeta, tornando-se um poderoso competidor nos mercados mundiais de alimentos, matérias-primas e manufaturados. Ainda assim, a economia norte-americana protagonizou frequentes e severas crises financeiras e cambiais, dada a posição subordinada do dólar. Nos estertores do século XIX, por detrás das harmonias econômicas, vicejavam com força crescente as rivalidades econômicas, avançavam as práticas protecionistas e se sucediam os episódios de nacionalismo xenófobo.

Os anos 20 e 30 do século passado foram sacudidos pela inclusão das massas assalariadas e de seus interesses na esfera política. Karl Polaniy chamou esse momento de A Grande Transformação. Franklin Delano Roosevelt assumiu o governo dos EUA ainda sob os efeitos da depressão de 1929. A Era Progressiva e o New Deal foram momentos de rebelião democrática e ascensão econômica das massas. Sua influência se estende pelos anos 50 e 60, o período da "era dourada" do capitalismo. As políticas econômicas e sociais executadas na posteridade da Segunda Guerra Mundial buscaram equilibrar os impulsos da acumulação privada da riqueza e as aspirações dos comuns, gente que batalha por uma vida digna e sem sobressaltos. Antes considerados criaturas da vagabundagem e da preguiça, o desemprego e a pobreza reconfiguraram seu conceito na consciência social: passaram a ser interpretados como distúrbios e injustiças nascidos das disfunções do mecanismo econômico.

No fim dos anos 1960, a reconstrução europeia e o reerguimento japonês ameaçavam a supremacia econômica e industrial norte-americana, provocando uma mudança de sinal na balança comercial dos Estados Unidos. A hemorragia do balanço de pagamentos dos EUA suscitou a reação dos europeus, que passaram a depositar os dólares excedentes no Euromercado, na praça financeira de Londres. Os europeus pressionavam as reservas de ouro para testar a conversibilidade da moeda estadunidense. Em 1971, o presidente Richard Nixon decretou unilateralmente a inconversibilidade do dólar em ouro. Assim, o ativo final de reserva passou a ser o Título de Dívida do governo dos Estados Unidos.

A crise do petróleo, em 1973, e o recrudescimento da inflação produziram uma crise grave. A reciclagem dos petrodólares realizada pelos bancos norte-americanos e europeus conseguiu, no entanto, manter à tona as economias em desenvolvimento e impediu o aprofundamento da recessão global. O preço foi a aceleração da inflação nos Estados Unidos, que chegou a 13% em 1978. Os europeus, mais uma vez, tentaram substituir o dólar por um ativo emitido pelo Fundo Monetário Internacional, os Direitos Especiais de Saque, baseados numa cesta de moedas. Em Belgrado, na

NICHOLAS KAMM/AFP E GREG BAKER/AFP

Ventríloquo. Joe Biden acirra os ânimos e parece almejar a derrubada de Putin

reunião do FMI, em 1979, o então presidente do Fed, Paul Volcker, deixou os europeus a falar sozinhos, voltou para os Estados Unidos e deflagrou, em outubro, o famoso choque de juros.

O Partido Conservador da senhora Margareth Thatcher ganhou as eleições em 1979 e Ronald Reagan assumiu a Presidência dos EUA em 1980. É uma ilusão imaginar que os dois propuseram a agenda neoliberal. Muito ao contrário, a crise deu força àqueles que trabalhavam sem descanso para dar um fim a "tudo aquilo": as instituições criadas na posteridade da Segunda Guerra Mundial para impedir que o capitalismo repetisse experiências catastróficas, como a crise de 1929. A ideia era desregulamentar, liberalizar, promover a "desrepressão" financeira. Desde Reagan, a alta finança voltou a ocupar uma posição de predomínio na hierarquia dos interesses que se digladiam no interior do Estado norte-americano. É desse ponto de vista que devem ser analisadas as mudanças ocorridas no pensamento econômico e nas recomendações de política.

A economia em rápida ascensão da virada deste século é a China, que, desde o início dos anos 1980, acelera em direção a um projeto de inserção competitiva no mercado globalizado. A estratégia chinesa definiu as políticas de absorção de tecnologia com excepcionais ganhos de escala e de escopo, adensamento das cadeias industriais e crescimento das exportações. Conseguiu administrar uma combinação favorável entre câmbio real competitivo e juros baixos, investimentos em infraestrutura e empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados preparados para a concorrência global. O sistema financeiro desempenhou a função de orientar a trajetória do desenvolvimento econômico, para dirigir e facilitar o investimento produtivo.

> Olhos atentos voltam-se para a posição da China na ruptura geopolítica global

As migrações da grande empresa para as regiões de baixos salários, desregulamentação financeira e de isenções e favores fiscais produziram a estagnação dos rendimentos da classe média para baixo, a persistência dos déficits orçamentários e o crescimento do endividamento público e privado, fora da industrialização asiática

A dificuldade em circunscrever os efeitos das sanções impostas à Rússia, e implementar medidas chamadas de "cirúrgicas", decorre, paradoxalmente, do "êxito" da globalização em integrar as economias do bloco comunista no mercado capitalista global. No âmbito econômico, a guerra inaugura um estágio mais avançado e ostensivo de exercício do poder do dólar. O conflito ocorre na Ucrânia, mas olhos atentos voltam-se para a posição da China na ruptura geopolítica global, em especial da expansão do renminbi na denominação de contratos internacionais, e às reações das autoridades monetárias dos EUA e da Europa aos impactos econômicos da guerra. •

ALDO FORNAZIERI

As guerras ainda são importantes?

▶ Além dos custos imensos, elas provocam o ódio e a insurgência dos povos dominados, o que se torna contraproducente para o exercício da hegemonia

A partir da década de 1990, marcada pelo colapso da União Soviética, cresceu o número de estudos acerca do possível declínio das guerras. Essa questão vinha sendo posta em décadas anteriores, como consequência do período de paz relativa no pós-Segunda Guerra Mundial e da aversão ao risco que as duas superpotências (EUA e URSS) alimentaram durante a Guerra Fria. Com a nova ordem criada a partir de então, a sensação de que o mundo estava vivendo um período de paz mais longo nas relações interestatais cresceu, mesmo com a chamada Guerra ao Terror, promovida pelos EUA e envolvendo o Iraque, o Afeganistão e a Al-Qaeda.

A maior parte dos estudos toma como ponto de referência o número de mortos em batalhas. Os estudiosos chegaram a poucas conclusões exaustivas até agora, por causa do relativismo dos dados. Eles mostram, por exemplo, que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, houve um declínio relativo do número de mortos por milhão de habitantes em conflitos armados. O risco de morrer em guerras entre 1947 e 2007 foi 66% menor do que de 1816 a 1946. Mas os mesmos estudos indicam que as duas guerras mundiais representaram uma elevação exponencial do número de mortes em relação às décadas anteriores. Então, a tendência não é conclusiva.

Os estudos enfrentam problemas metodológicos, como a arbitragem dos recortes temporais para comparação e a falta de consenso acerca da classificação da importância das guerras. A maioria dos estudos indica que, a partir dos anos 1990, estabeleceu-se um período mais consistente de paz relativa que, agora, pode ter sido quebrado com esta guerra na Ucrânia.

Talvez a pergunta que os estudiosos devessem acentuar fosse outra: As guerras do nosso tempo servem para quê? Note-se que os conflitos mais importantes do pós-Segunda Guerra Mundial – excetuando-se as guerras árabes-israelenses, as de libertação colonial na África e as indo-paquistanesas – envolveram as potências imperiais dos EUA e da Rússia. Os norte-americanos se envolveram diretamente nas guerras das Coreias, do Vietnã, do Iraque, do Afeganistão, da Síria e da Líbia. A Rússia envolveu-se, entre outras, em guerras no Afeganistão, na Chechênia, na Geórgia, na Síria e na Crimeia.

Em todos os tempos, as potências imperiais usam as guerras para se expandir. Isso ocorre por meio da exportação dos excedentes militares, religiosos, industriais, financeiros e comerciais. Mas as guerras também foram um dos principais fatores de declínio dessas potências, vide o caso dos persas, macedônios, romanos, germanos, francos, britânicos etc.

As guerras exaurem os excedentes exportáveis, reduzem as capacidades distributivas internas, aumentam os conflitos internos das potências e, por fim, provocam o seu declínio. Em termos militares e/ou políticos, os EUA perderam ou não ganharam as guerras do Vietnã, do Iraque, do Afeganistão e da Síria. Os custos elevadíssimos desses conflitos e com a manutenção da máquina militar são apontados como fatores de declínio relativo dos EUA.

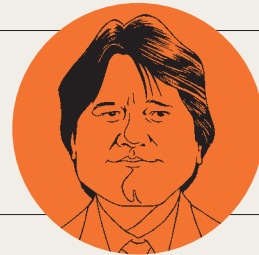
Os russos perderam a guerra no Afeganistão e, mesmo que saiam militarmente vitoriosos da Ucrânia, colherão uma derrota política e econômico-financeira. A Rússia tem capacidade limitada de exportação de excedentes e pode acelerar o declínio de seu poderio. Acrescente-se que a China, que não adota uma estratégia de exportação de excedentes militares por meio de guerras, vem obtendo vantagens relativas de poder tanto em relação aos EUA quanto à Rússia.

O que o mundo pode estar vivendo a partir do século XXI, quando o poder mundial se tornou multipolar, é o declínio da importância das guerras como fator de constituição de poder hegemônico. Além dos custos imensos, elas provocam o ódio e a insurgência dos povos dominados, o que se torna contraproducente para o exercício da hegemonia. Os grandes estrategistas de todos os tempos sempre asseveraram que nenhuma potência mantém a hegemonia puramente pela força.

No caso da guerra na Ucrânia, além do custo militar e político, a Rússia arcará com o forte impacto das sanções econômicas e comerciais. E se a Rússia é, de fato, uma potência militar, não o é do ponto de vista econômico e financeiro, aspectos fundamentais para a manutenção de máquinas de guerra por tempo prolongado. Na era das comunicações digitais a opinião pública dos povos não quer ver a destruição e a morte, e isto tem peso nas decisões dos governos e das corporações. Os agredidos obtêm a empatia e os agressores, o repúdio. O temor de uma guerra nuclear e os graves problemas ambientais e sociais geram aspirações de um mundo de paz e de soluções para esses problemas. Um mundo menos violento e mais humanizado são aspirações que se chocam contra as guerras. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

PEDRO SERRANO

Guerras de exceção

▶ Os exércitos dos países ricos viraram forças de polícia

O conflito entre Rússia e Ucrânia é muito mais complexo do que tem sido apresentado pelas máquinas de comunicação de cada um dos lados, merecendo ser observado sem interpretações apressadas e, sobretudo, sob o ponto de vista do Direito e das Relações Internacionais. Temos nos dias de hoje uma governabilidade global, oriunda da estruturação de um poder unilateral no mundo, exercido pelo que podemos chamar de império norte-americano. Não se trata de um simples imperialismo, pois imperialismo implica domínio econômico e político de países fracos por potências. O império é a pretensão de instaurar uma civilização, de estabelecer uma nova forma de vida para o mundo.

Pode-se afirmar que, enquanto China e Rússia são imperialistas porque pretendem manter sob seu controle países que estão na sua zona de influência, os Estados Unidos enxergam como sua zona de influência o restante do mundo, ou seja, eles buscam determinar uma forma de vida política, cultural e econômica para o planeta. Essa governabilidade global, evidentemente, atende aos interesses da nova forma de capitalismo que rege os dias atuais, dominada pelo capital financeiro, tecnológico e militar, e que se manifesta pelo exercício próprio de qualquer governabilidade – o poder de polícia.

Neste novo contexto, as Forças Armadas dos países ricos deixaram de ser forças de ocupação ou de defesa territorial e passaram a ser forças de polícia, que realizam intervenções militares em outros países sob o pretexto da garantia da segurança. O primeiro ensaio que tivemos deste novo tipo de intervenção foi no início dos anos 1990, no Panamá, quando os EUA invadiram o país para capturar o ex-presidente Manuel Noriega, sob a alegação de que o antigo aliado estava envolvido com o tráfico de drogas. Mas foi a partir da guerra na antiga Iugoslávia que começa a consolidação dessa nova forma de ação militar, acentuando-se muito após a queda das Torres Gêmeas.

Estamos, então, na era do que podemos chamar de guerra de polícia ou de exceção, cujas características são, além da alegação de razões de segurança para sua realização, a suspensão das regras e princípios de Direito Internacional e o não reconhecimento de sua institucionalidade, ou seja, das determinações dos organismos multilaterais como a ONU. A invasão do Iraque pelas forças de coalizão lideradas pelos EUA, em 2003, ocorreu contra a deliberação do Conselho de Segurança da ONU. Além disso, em geral, essa nova modalidade de operação militar tem a pretensão de realizar ações cirúrgicas, atacando alvos militares e reduzindo ao máximo as mortes de civis, o que, como se sabe, varia muito de uma intervenção para outra. No caso das guerras de polícia empenhadas em prol de interesses dos EUA, há também a intenção de promover o *regime change*, ou seja, de mudar o regime político do país.

Outro elemento fundamental dessas guerras é o uso do aparato de mídia e de informação, da comunicação social, como arma ou máquina de guerra. Isso surge como uma resposta à Guerra do Vietnã, quando não houve por parte dos estrategistas militares e dos governos uma preocupação com o controle da mídia. Isso permitiu que chegasse à população pelos meios de comunicação um farto material, que influenciou a opinião pública e criou um movimento social contrário à guerra, o que acabou sendo uma das razões do recuo norte-americano naquele conflito.

O conflito da Ucrânia traz todos os elementos dessa nova modalidade de guerra. A Rússia ocupou a Ucrânia alegando fundamentalmente razões de segurança e o objetivo de uma desnazificação – o que também está relacionado à segurança, uma vez que o nazismo é tido como crime de lesa-humanidade. Embora a Ucrânia seja, de fato, um dos países com mais forte influência nazista na sua sociabilidade e no seu aparato de Estado, esse não é o motivo real da ação militar. Até porque, se fosse, Putin teria de começar a desnazificação pela própria Rússia e pelos nazistas que apoiam movimentos separatistas em favor da Rússia.

O motivo da ação russa é, provavelmente, o avanço da Otan sobre uma área de influência da Rússia, o que gera instabilidade. Importante destacar a dificuldade de análise em um contexto conturbado pela instrumentalização da informação de ambos os lados, no qual o acesso a informações independentes é muito limitado. De qualquer forma, ainda que a preocupação russa em face da situação que havia na Ucrânia – e que vem se deteriorando desde 2014 – seja legítima, não justifica a invasão de um país. Como qualquer nação, a Ucrânia tem direito à sua soberania e não pode estar sujeita a esse tipo de agressão.

A reação da Otan, da União Europeia e dos EUA ao estabelecerem sanções comerciais agressivas contra a Rússia é, porém, abusiva e trágica. Sanções comerciais e bloqueios são também atos de guerra, que podem levar sacrifício, dor e humilhação a uma quantidade imensa de civis. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Perigosa histeria

TheObserver Por muitos anos, a União Europeia ignorou a Rússia. Agora, exagera em sua reação ao conflito na Ucrânia

POR HANS KUNDNANI*

Durante os mais de dez anos que passei trabalhando para grupos de pensadores de política externa na Europa e nos EUA, fui bastante duro com a China e a Rússia. Na época em que a maioria dos especialistas em política externa de ambos os lados do Atlântico acreditava que a interdependência econômica transformaria essas potências em “partes interessadas responsáveis” no sistema internacional, e talvez até as democratizasse, enxergava a necessidade de uma abordagem mais dura.

Fui especialmente crítico da Alemanha, que tinha ido ainda mais longe que o resto da Europa em sua crença em *Wandel durch Handel*, ou “mudança através do comércio”. Critiquei o papel de carona da Alemanha em termos de segurança, especialmente seu baixo nível de gastos com Defesa e capacidades militares inadequadas e sua dependência da Rússia para o gás e da China como mercado de exportação. Em suma, não sou um pacifista nem alguém equivocado sobre Estados autoritários.

No entanto, desde que a guerra na Ucrânia começou, de repente fui desmascarado. Enquanto todos assistimos às horríveis imagens da Ucrânia, cresceu a indignação com os crimes de guerra cometidos pelos militares russos. À medida que os apelos para que façamos mais para ajudar o povo ucraniano aumentaram, encontrei-me no lado pacifista do debate, defendendo a desescalada e as saídas, em vez de maior envolvimento com a Ucrânia e a mudança de regime na Rússia.

Aqui está o que penso sobre o que aconteceu. Desde a anexação russa da Crimeia e a invasão de Donbas em 2014, tentamos impedir Vladimir Putin de ir mais longe na Ucrânia ou em outros lugares da Europa Central e do Leste. Havia um componente econômico da estratégia, as sanções, e um componente militar: o aumento das forças da Otan na Polônia e nos países bálticos e o treinamento dos militares ucranianos, em que o Reino Unido teve um papel importante.

Estávamos, porém, meio tímidos. Do lado militar, os EUA deixaram bem claro que não defenderiam a Ucrânia como

> A Europa sente-se culpada por seus erros, cada vez mais evidentes, e aposta em uma perigosa supercompensação

se fosse um aliado da Otan – afinal, há boas razões para que não o seja. Enquanto isso, do lado econômico, a Europa continuou a depender do gás russo, que foi deliberadamente excluído das sanções. Na verdade, a Alemanha dobrou a aposta com o gasoduto Nord Stream 2, que foi acordado um ano depois.

Há pouco mais de duas semanas, Putin denunciou o nosso blefe. Ele examinou o que estávamos ameaçando fazer se ele invadisse a Ucrânia e, aparentemente, decidiu que era um risco que estava disposto a correr. Claro, é possível que ele tivesse invadido mesmo se tivéssemos ido mais longe com a dissuasão. Se a Rússia está surpresa com o quão duros e unidos fomos em resposta à invasão, isso não é um sucesso, mas um fracasso. Significa que a dissuasão não fun-

cionou porque não conseguimos convencer a Rússia de que seríamos tão duros e unidos – e esse deve ser o nosso ponto de partida para pensar no que fazer a seguir.

Estamos numa situação sem precedentes e extremamente difícil. Mas parece-me que temos de dar um giro. O objetivo é fazer o possível para evitar uma nova escalada (enquanto levamos a sério a possibilidade de que o próprio Putin possa escalar, por exemplo, com o uso de armas químicas ou mesmo nucleares) e acabar com a guerra. Em vez disso, especialistas na Europa e nos EUA estão pedindo todos os tipos de medidas econômicas, políticas e militares, cujas consequências mal começamos a avaliar e que têm o potencial de arrastar a Otan para uma guerra com a Rússia.

Limites. Os líderes europeus entraram em frenética guerra de sanções. Blinken deixou claro que os EUA não estão dispostos a lutar pela Ucrânia

EMMANUEL DUNAND/AFP E FREDDIE EVERETT/DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

"Como em pouco tempo o Ocidente passou de sanções direcionadas à guerra financeira contra o espaço econômico pós-soviético, sem objetivos unificados nem condições claras para suspender as restrições, enquanto um tirano impetuoso com armas nucleares trava uma guerra de agressão, é bastante aterrorizante", tuitou Nicholas Mulder, historiador da Universidade de Cornell e autor de *The Economic Weapon* (*A Arma Econômica*), uma história das sanções, quatro dias após o início da guerra.

Desde então, também houve pedidos

para aumentar o apoio militar à Ucrânia. No domingo 6, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que a Polônia tinha "luz verde" para fornecer seus caças MiG-29 para a Ucrânia. Na terça-feira 8, a Polônia disse que os enviaria para a base aérea de Ramstein, na Alemanha, para serem reformados, o que os EUA rejeitaram. O preocupante era que todos, incluindo o secretário de Defesa do Reino Unido, Ben Wallace, pareciam insinuar que o fornecimento de jatos de combate à Ucrânia dependia de países individuais, e não uma decisão a ser tomada coletivamente pela Otan.

Observando essa luta frenética para fazer alguma coisa, é difícil evitar a sensação de que o que está acontecendo é uma supercompensação. Estamos todos nos sentindo culpados por nossos erros, que de repente se tornam evidentes: a persistente dependência da Alemanha do gás russo, o persistente fracasso do Reino Unido em lidar com a lavagem de dinheiro russa. Estamos rapidamente dando passos drásticos aos quais resistimos durante anos, mas sem uma noção clara do que pretendemos alcançar e numa situação diferente e muito mais perigosa do que antes da guerra.

Neste momento tenso, o maior perigo é a imprudência. Uma fonte disso é uma espécie de neoconservadorismo ressurgente na Grã-Bretanha e nos EUA. Mesmo antes do início da guerra, ambos encaravam cada vez mais a política internacional como uma luta global entre democracia e autoritarismo. Como os ucranianos resistiram com extraordinária bravura e habilidade, a inépcia dos militares russos foi exposta. E como eles recorreram a métodos ainda mais brutais contra civis, muitos especialistas agora sentem a possibilidade de, finalmente, remover Putin do poder. Para alguns no governo Biden, é uma vingança pela interferência russa nas eleições presidenciais de 2016.

Mais surpreendente é o perigo de imprudência por parte da União Europeia. Após uma década de crises, muitas das quais permanecem sem

A inclusão da Ucrânia na União Europeia apenas iria lançar mais lenha na fogueira

Tiro no pé. Os russos podem viver sem o McDonald's. A Europa está preparada para o desabastecimento de trigo e gás?

ISTOCKPHOTO

solução, a UE aspira a ser "geopolítica" – as autoridades falam sem parar sobre a necessidade de os europeus aprenderem a "linguagem do poder". A crise da Ucrânia revelou mais uma vez as fraquezas da UE. Mas, desde que a guerra começou, ela tem sido hiperativa, impondo sanções ao Banco Central russo antes dos EUA e até fornecendo armas para a Ucrânia. Foi também Josep Borrell, o alto representante da UE para as Relações Exteriores, quem anunciou pela primeira vez o plano de enviar caças para a Ucrânia há duas semanas – uma ilustração de quão perigoso é o desespero da UE em ser "geopolítica".

Além de sanções e fornecimento de armas, muitos especialistas pedem que a UE acelere o processo de adesão da Ucrânia. Mas o Kremlin vê a Otan e a UE como partes do mesmo projeto liderado pelos EUA e deixou claro que Putin fará qualquer coisa para impedir que a Ucrânia se integre ainda mais a qualquer um deles. Afinal, o catalisador para a anexação russa da Crimeia em 2014 foi uma proposta de acordo de associação entre a UE e a Ucrânia. Novos passos para integrar a Ucrânia podem provocar uma nova reação russa, possibilidade que parecemos não querer discutir, porque acreditamos que a Ucrânia deve ser capaz de escolher seu próprio destino.

Além do risco de escalada, há algo mais preocupante na aceitação da Ucrânia pela UE. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que encarna a ideia de uma UE "geopolítica", disse recentemente que a Ucrânia era "um de nós". A afirmação era indicativa de uma tendência no Ocidente de enquadrar esse conflito em termos civilizacionais. Inúmeros repórteres e comentaristas expressaram o choque de que um conflito tão brutal pudesse ter acontecido na Europa "civilizada", em oposição ao distante mundo não civilizado. Em particular, muitos parecem sentir simpatia pelos ucranianos porque eles "se parecem conosco". Poucos dias após o início da guerra, uma autoridade ucraniana chegou a dizer à BBC que o que tornava a situação tão emocionante era que "europeus de olhos azuis e cabelos louros" estavam sendo mortos.

A abordagem generosa da UE aos refugiados da Ucrânia, liderada pela Polônia, que na crise dos refugiados de 2015 foi um dos países europeus mais veementemente contrários à aceitação de requerentes de asilo da Síria e do Afeganistão, também parece ter sido influenciada por um sentimento de solidariedade étnica.

A forma civilizacional como esse conflito foi enquadrado pode ajudar a explicar por que tantos fora do Ocidente não veem esta guerra como a sua luta – por exemplo, a Índia, que se absteve na votação no Conselho de Segurança da ONU para condenar a invasão russa, duas semanas atrás. Lá e em outros lugares além do Ocidente, muitas pessoas olham para a guerra na Ucrânia de forma parecida com a maneira como o historiador e ativista pelos direitos civis William Edward B. Du Bois reagiu à eclosão da Primeira Guerra Mundial. A guerra é horrível, escreveu ele, mas só se tornou horrível agora que os brancos estão sendo mortos? •

**Hans Kundnani é diretor do Programa Europa na Chatham House e autor de* The Paradox of German Power.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

O futuro dos filmes de arte

AUDIOVISUAL A partir da pandemia, vários títulos do cinema autoral e independente passaram a estrear direto nas plataformas

POR ANA PAULA SOUSA E CÁSSIO STARLING CARLOS

Passados dois anos do início da pandemia, as salas de cinema voltaram a trabalhar com a capacidade máxima de ocupação e o calendário de estreias foi retomado. Embora em um patamar menor que o de 2019, o circuito exibidor tem registrado, desde o fim do ano passado, uma volta massiva do público. Acontece que esse público, mais ainda do que antes, parece disposto a ver um único tipo de filme: os *blockbusters*.

Enquanto *Batman* e *Homem-Aranha* arrecadam novamente milhões de dólares, os títulos independentes, mesmo os mais badalados, ou vão direto para o *streaming* ou têm estreias minúsculas, destinadas, em geral, a servir de "esquenta" para o lançamento nas plataformas.

É esse o caso de *Drive My Car*, do incensado diretor japonês Ryûsuke Hamaguchi, em cartaz no Brasil desde a quinta-feira 17. Mesmo tendo quatro indicações ao Oscar (*leia texto à pág. 59*), o filme estreou em apenas 66 salas e traz, no material de lançamento, o aviso: "Com exclusividade no *streaming* a partir de 1º de abril".

Os direitos de *Drive My Car* foram adquiridos pela Mubi, plataforma especializada em cinema de autor. A empresa licenciou para a O2 Play, braço de distribuição da O2, de Fernando Meirelles, o direito de exibição nos cinemas por 15 dias.

"Acreditamos que os cinéfilos que gostam de acompanhar os indicados ao Oscar tenham interesse em ver esse filme numa tela grande", diz Igor Kupstas, diretor da O2 Play. "Não existe mais o mundo em que havia o intervalo de três meses entre o lançamento nos cinemas e a chegada em outras janelas. A pessoa irá ao cinema porque quer ter a experiência de ver determinado filme na sala. E não porque esta será a única forma de ter acesso a ele."

A pandemia, sem dúvida, desordenou uma lógica de lançamentos à qual a indústria ainda estava apegada. Mas é também inegável que o processo de transformação já estava em curso. Foi no início dos anos 2000 que a palavra "digital" passou a designar a substituição da película por câmeras HDs, nas filmagens, e das enormes latas com as cópias pelo ultracompacto DCP (sigla para Digital Cinema Package), na projeção. Não só a produção se tornava mais acessível como também a circulação se ampliava.

> "Sem público, o distribuidor não tem como investir nos lançamentos", diz Fábio Lima

Se, com o digital, a pirataria passou a tirar o sono da indústria, a partir dos anos 2010, a própria indústria e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram que os filmes passassem a ser baixados de forma legal – e paga.

A Netflix, pioneira nesse mercado hoje superpopuloso, inaugurou o conceito de oferecer milhares de filmes pelo preço de uma ida ao cinema. Embora até 2019, o último ano não pandêmico, o público das salas seguisse crescendo, puxado pelos grandes *blockbusters* distribuídos globalmente, o negócio da exibição já sabia, naquele momento, que nada mais seria como antes.

Nunca é demais lembrar que a concorrência entre o entretenimento doméstico e as salas começou com o advento da tevê, em meados do século passado, e viveu outro momento sensível nos anos 1980, com a chegada do *home video*. Há, porém, uma diferença importante agora. A tevê aberta e o *home video* eram a última etapa nas diversas fases de distribuição e rentabilização de filmes. Só depois de passar pelo cinema os filmes chegavam a essas outras janelas.

Se, para os filmes de orçamento bilionário e público global, as salas ainda têm se mostrado a forma economicamente mais viável para o retorno do valor investido em produção e lançamento, no caso dos filmes menores o cenário pós-pandêmico mostra-se bem mais confuso.

A Netflix, por exemplo, tornou-se não apenas uma distribuidora e exibidora poderosa, mas também uma produtora que atrai para perto de si grifes do cinema de autor. O primeiro sinal de que o prestígio se tornaria, assim como o grande volu-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 63

Animação. *Tarsilinha* coroa a longa trajetória de uma produtora de séries infantis

Sob demanda. *A Mão de Deus* (*acima*), de Paolo Sorrentino, e *Mães Paralelas* (*à esq.*), de Pedro Almodóvar, foram produzidos pela Netflix, passaram pela vitrine do Festival de Veneza e tiveram um "esquenta" nas salas de cinema antes de entrar no catálogo da empresa

NETFLIX

Formatos. *Entre Águas*, revelado em Sundance, não passou pelos cinemas, mas foi lançado apenas para locação

me de oferta, essencial para a legitimação desse ramo da indústria, veio com *Roma* (2018), de Alfonso Cuarón. Após ganhar o Leão de Ouro no Festival de Veneza, e antes de estrear na Netflix, o filme teve exibições em um pequeno circuito de elite.

O que parecia exceção tornou-se, de 2020 para cá, quase uma regra. Em 2021, Veneza serviu de vitrine para *O Ataque dos Cães*, de Jane Campion, *A Mão de Deus*, de Paolo Sorrentino, *A Filha Perdida*, de Maggie Gyllenhaal, e *Mães Paralelas*, de Pedro Almodóvar. Antes de chegarem ao catálogo da Netflix, os quatro títulos tiveram exibições limitadas no circuito de arte. Uma rede como a Cinépolis, por exemplo, recusa-se a exibir os filmes da plataforma.

***Annette*, de Leos Carax**, ganhador do prêmio de melhor direção em Cannes em 2021, também passou pelas salas antes de chegar à Mubi. Mas outra dezena de títulos que, antes, teriam lugar no circuito alternativo, estrearam direto na plataforma. Foi o caso de *Titane*, vencedor da Palma de Ouro em Cannes em 2021, do georgiano *What Do We See When We Look at the Sky?* (*O Que Vemos Quando Olhamos para o Céu?*), do alemão *Mr. Bachmann and His Class* (*Senhor Bachmann e Sua Classe*), do chadiano *Lingui* e do britânico *Cow*.

Exceção feita a umas poucas sessões na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e no Festival do Rio, esses filmes, todos badalados entre cinéfilos, não conheceram a tela grande. Ou conheceram de forma muito breve. "Em uma ativação de *marketing*, promovemos recentemente duas exibições de *Lamb*, com sessões lotadas", conta Nathalia Montecristo, gerente de *marketing* da Mubi Brasil. A "ativação" foi realizada no fim de semana do lançamento do filme na Mubi.

Fábio Lima, sócio da Sofá Digital, que trouxe para as plataformas de aluguel *O Fruto da Memória* e *Entre Águas*, dois títulos revelados em Veneza em 2020 e em Sundance em 2021, respectivamente, diz que o cinema ainda é capaz de prover, para um filme, o que ele chama de visibilidade diferenciada.

"O filme muda de patamar quando passa pelos cinemas. Então, para a Mubi, é ótima essa passagem pela sala. Mas, ao contrário do que acontecia com o distribuidor, que espera o retorno da janela cinema, a Mubi espera o retorno para a plataforma", diz Lima. "O problema é que, desde que a pandemia começou, os filmes independentes têm tido pouco investimento no lançamento nos cinemas. Sem público, o distribuidor independente não tem força para lançar os filmes e tem receio de pagar pelos direitos e não recuperar o que investiu."

> "Neste momento, tudo aponta para a diminuição da diversidade", diz Adhemar Oliveira

Adhemar Oliveira, sócio da rede Itaú de Cinemas, resume assim o impasse: "A plataforma tem um ponto de venda que está na crista da onda, e o distribuidor tem um ponto de venda que ficou fechado e ainda está tentando se recuperar".

Oliveira diz que, apesar de contribuir para a volta do público do cinema de arte – na visão dele, mais reticente em ir às salas do que o público dos cinemas de *shopping center* –, esses lançamentos curtos não permitem que as salas tenham uma arrecadação significativa.

"Sou otimista, e acho que o circuito pode sobreviver, mas, da forma como as coisas estão, esse tipo de sala pode ter de passar a exibir filmes mais abertos para sobreviver", diz Oliveira. "Neste momento, tudo aponta para uma diminuição da diversidade e para um circuito que terá 98% das salas ocupadas por um único filme." •

O OSCAR SE ADAPTA À RECONFIGURAÇÃO GLOBAL

A representatividade passa a ser um valor para Hollywood assegurar sua influência

Drive My Car é um filme que desperta impulsos de interpretação dos mais intelectuais aos banais. Mas o público que, uma vez por ano, faz romaria aos cinemas para ver os indicados a melhor filme no Oscar pode sair da sessão se perguntando por que a longuíssima produção japonesa está na categoria principal.

Em 2010, a Academia alterou a regra e passou a indicar mais de cinco concorrentes a melhor filme. A mudança não trouxe, porém, grandes novidades. Histórias convencionais com elencos populares e uma ou outra ousadia calculada continuaram dominando o tapete vermelho.

O prêmio, afinal de contas, sempre foi o mais visível ponto de confluência entre a legitimação cultural e a eficácia comercial. Mas a indicação de *Roma*, em 2018, seguida pelas vitórias de *Parasita* (2019), de Bong Joon-ho, e de *Nomadland* (2020), de Chloé Zhao, explicitou outras forças em jogo. No caso de *Roma*, o poder crescente do *streaming*, representado pela marca que era seu sinônimo, a Netflix. A provável vitória de *O Ataque dos Cães* confirmaria a legitimação cultural do *streaming*.

Os outros casos revelam a atenção com a geopolítica. A premiação de um filme sul-coreano, sucedida pelo trabalho assinado por uma diretora chinesa e, agora, as quatro indicações (filme, direção, roteiro adaptado e filme internacional) de uma produção japonesa atestam que o Oscar está se adaptando à reconfiguração do mapa global.

Neste novo mapa, os asiáticos demonstram ocupar uma posição mais decisiva do que tiveram os europeus, em termos culturais, ou os latino-americanos, em termos de mercado. A criação de uma categoria para outras cinematografias no pós-Segunda Guerra Mundial já servia para o Oscar conciliar interesses culturais e geopolíticos.

Produções europeias, sobretudo italianas e francesas, dominaram a categoria que era chamada de melhor filme estrangeiro. O Japão, antes inimigo, ganhou destaque regular entre os indicados e premiados a partir de 1951. A configuração no século XXI é, obviamente, outra. Mas, no jogo do poder simbólico, a representatividade é um valor essencial para Hollywood assegurar a sua influência.

Enquanto Jane Campion é favorita no papel de protagonista feminina, Will Smith pode desbancar o excessivamente britânico Benedict Cumberbatch como melhor ator e a deficiência auditiva de Troy Kotsur distingue-o dos concorrentes na disputa de coadjuvante.

Antes que alguém reclame que o Oscar se tornou uma celebração do politicamente correto, é bom lembrar que o prêmio era político quando fazia propaganda antinazista nos anos 1940, anticomunista na Guerra Fria e promovia valores americanos desde a sua primeira edição, há 94 anos.

Drive My Car é um signo a mais no processo de reconhecimento das diversidades. Seu ritmo pode ser um sonífero para o público acostumado a filmes acelerados. Suas referências a Tchekhov podem ser incompreensíveis para quem admira a dramaturgia do BB.

Sua visibilidade no Oscar demonstra, no entanto, que a indústria, que ainda tenta se reencontrar no pós-pandemia, parece entender que é melhor o prêmio ficar parecido com o catálogo da Netflix, dando a impressão de ter de tudo.

– Por Cássio Starling Carlos

THE MATCH FACTORY E SYNAPSE

Ásia. Após premiar um sul-coreano e uma chinesa, Hollywood aposta no japonês Hamaguchi

Samba no pé, ideias na cabeça

MÚSICA Em novo álbum, Martinho da Vila entoa canções divertidas, mas também se posiciona contra todo tipo de intolerância

POR SÉRGIO MARTINS

Certa feita, Zeca Pagodinho estava passeando pela orla da Barra da Tijuca e um sujeito o abordou, pedindo dinheiro para comprar cerveja. Zeca lhe deu 5 reais. Ao ver a nota, o amigo que acompanhava o pedinte, reclamou: "Se fosse o Martinho da Vila, a gente teria ganho mais dinheiro". Desafiado em seus brios etílicos e altruístas, Zeca voltou para trás e deu mais dez reais à dupla, que imediatamente mudou de partido: "Bom mesmo é o Zeca, o Martinho num tá com nada!"

A história é contada, aos risos, pelo próprio Martinho, em entrevista a *CartaCapital*, por *zoom*. E sejamos sinceros: o autor de *Canta Canta Minha Gente* está com tudo. *Mistura Homogênea*, seu novo álbum, é uma combinação inteligente de sambas, mas também fados, xotes e até *hip-hop*. "Sempre faço discos pensando num conceito. E como estudei química, pensei na mistura homogênea, aquela que nunca se desfaz. A música é assim, tem uma linguagem universal", explica.

Mistura Homogênea traz sambas divertidos, mas também fala muito sobre tolerância. *Oração Alegre*, por exemplo, trata de judaísmo, islamismo e cristianismo, com a presença de uma melodia de influência africana. O xote *Vidas Negras Importam* foi inspirado no assassinato do americano George Floyd, em 2020, mas poderia servir como canção de protesto contra o brutal homicídio do congolês Moïse Kabagambe, no Rio.

"Racismo é uma doença universal. Mas tem cura. Se eu noto algum traço de racismo numa pessoa, eu a levo para o meu meio para ela se encantar com a nossa cultura. E ela acaba mudando", diz. Outra bela canção do álbum é *Dois Amores*, que faz lembrar um fado e tem a participação da escritora moçambicana Paulina Chiziana, vencedora do Prêmio Camões de Literatura. Ao final da canção, ela declama um poema.

E há ainda *Viva Martina*, feita em homenagem a Mart'Nália, filha de Martinho. "Eu tinha feito *Fala Mart'Nália*, em 1994, só que citava outro monte de gente: Raoni, Dandara... O meu filho Tunico então brincava dizendo que ela não tinha música. Quando Mart'Nália escutou essa, a primeira coisa que fez foi ligar para o Tunico", diverte-se

> "Racismo é uma doença universal, mas tem cura", diz o sambista que virou tema da Vila Isabel

Era de Aquarius é uma parceira com o *rapper* Djonga. O *rap*, para Martinho, nunca foi estranho ao samba. "É tudo parente. No fundo, ele possui a mesma função dos sambas antigos. A gente falava de pobreza, favela e desemprego de uma forma mais lamentosa e melodiosa. O *rap* é mais direto", diz. *Era de Aquarius* traz uma letra otimista, que apregoa a união das religiões, o fim do conservadorismo e das diferenças sociais.

Martinho José Ferreira nasceu em Duas Barras, no interior do Rio, em fevereiro de 1938. Quando tinha 4 anos, mudou-se para a capital e, na Serra dos Pretos Forros, na região do Grande Méier, encantou-se com os folguedos carnavalescos. Em 1967, ainda com o nome artístico de Zé Ferreira, venceu o concurso de samba de enredo da Vila Isabel com *Carnaval de Ilusões* – repetiria o feito em 1968, 1969 e 1970.

Um dos seus principais atributos é o vocabulário diferenciado. "A gente aprende na hora de criar o samba-enredo. Tem sempre um retumbante, um varonil', brinca. Em *Mistura Homogênea*, ladeado por Zeca Pagodinho e por Xande de Pilares, dois de seus discípulos confessos, ele cria rimas a partir de palavras terminadas em vogais.

De tanto burilar samba-enredo, Martinho da Vila, merecidamente, tornou-se tema de um. *Canta, Canta Minha Gente! A Vida É de Martinho!*, que a Vila Isabel colocou na avenida em 2022, é uma justa homenagem ao compositor mais famoso da Vila Isabel, ao lado de Noel Rosa. "É muito raro ser homenageado em vida", comenta ele, que quase ganhou esse tributo em 2010. "Mas eu lembrei aos dire-

LEO AVERSA

tores que era centenário de Noel Rosa", diverte-se. E assim a homenagem a Noel foi escrita por Martinho.

Nos últimos tempos, duas canções de seu repertório viraram notícia. A primeira foi *Mulheres*, que, segundo seu autor, Toninho Geraes, foi surrupiada pelos produtores da cantora Adele. Virou *Million Years Ago*. "A mulher é do Toninho, eu só canto a música. Mas ela é parecida, sim", diz. Já *Você Não Passa de Uma Mulher*, sucesso de 1975, causa desconforto por causa do título e verso machistas. "Nunca gostei do verso, mas ele foi ficando e virou sucesso. Nos *shows*, eu a deixava para o bis. Havia uma ou outra vaia, mas, no final, todo mundo cantava."

Martinho, nesse momento da conversa, lembra de *Na Outra Encarnação*, de 1972, canção de sua autoria que também não cai bem aos tempos atuais. Esse frevo diz: *Eu vou voltar mulher/ Dormir cedo, acordar tarde/ História em quadrinhos na mão/ Uma casa bem cuidada/ Empregadas demais para cuidar dela/ E eu vou viver vendo novela/ Em cores na televisão.* "Em minha defesa, só digo que gostaria de voltar como essa mulher, não que toda mulher seja assim", diz, em tom de troça.

Apesar de brincar com o passado, o compositor, como as próprias canções de *Mistura Homogênea* indicam, é totalmente alinhado ao pensamento progressista. Ele, inclusive, tem em Lula um grande amigo. Os dois se conheceram na campanha das Diretas Já, nos anos 1980, e o ex-presidente chegou a ir ao lançamento de um livro do compositor. "Ele lê muito, é muito culto", diz. Ao lado de Chico Buarque, Martinho chegou a visitá-lo na prisão, em Curitiba, em 2018. O compositor, é claro, já decretou seu voto para o ex-presidente. •

O recém-lançado *Mistura Homogênea* traz samba, fado, xote e até *hip-hop*

Com Ben Jor um longo intervalo, com Toquinho conversas frequentes desde a noite em que juntos assistimos a luta Muhammad Ali vs. Foreman

Estes também exigem a evocação

SÉRIE QUANTOS CAPÍTULOS PARA BEN JOR E TOQUINHO? QUANTOS PARA DORIVAL CAYMMI, GISMONTI, A TROPICÁLIA, ETC., ETC., ETC.?

POR MINO CARTA

Deixa que o mar quebre na praia/ Mais doce ao meu lado passará a noite.

Os versos poderiam ser de autoria de Dorival Caymmi, no entanto são do poeta grego Teócrito, que tinha com o nosso cantor baiano grandes afinidades. Neste momento, o canal *Film & Arts* leva ao ar uma série dedicada à bossa nova, fenômeno muito importante e largamente merecedor da evocação. Espero que nos próximos episódios apareça o que faltou até agora, a referência a Stan Getz, que foi determinante na construção da bossa nova: ele aproximou o *jazz* da música nativa, para estimular um casamento bem-sucedido.

À procura de pelo em ovo, permito-me objeções em relação a versos como os seguintes: *Há menos peixinhos a nadar no mar/ Do que os beijinhos que eu darei na sua boca.*

Estes jamais sairiam da imaginação de Dorival Caymmi ou de Teócrito. Citei Caymmi porque ele me fascina desde a infância. Meu pai havia adquirido o que então se chamava vitrola e com ela alguns discos, vinil, obviamente, escolhidos ao acaso. Entre eles abrigava-se *Dora*, rainha do frevo e do maracatu, e eu, menino, me percebi na calçada do bairro das fontes coloniais, no meio de um delírio popular a grassar nas calçadas.

Também curti a letra de *Marina*, a morena que se pintou para dissabor do seu cantor. Ele a via tão bonita com o que Deus lhe havia dado.

Quantos programas seria possível dedicar a Dorival Caymmi? E quantos à Tropicália, a marchar alegremente contra o vento, sem lenço e sem documento? E quantos a Egberto Gismonti, músico enciclopédico? Nada contra a bossa nova, muito pelo contrário. Mas como me agrada lembrar até Luiz Melodia, o poeta das lavadeiras...

Sempre recordo uma noite passada no Rio, no Beco das Garrafas, para ouvir um jovem cantor chamado Jorge Ben. Cantava um samba que era misto de maracatu, um samba digno de um preto velho. Faz pouco tempo, dois ou três anos atrás, encontrei Jorge em um restaurante, mudou o nome para Ben Jor, mas continua jovem. A nós se juntou Toquinho, frequentador do mesmo restaurante, a uma mesa redonda que nos oferecia copos e garrafas, em busca do justo ritmo. •

MARCOS HERMES E ANDRÉ FOSSATI/ FUNDAÇÃO CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Tarsila no País das Maravilhas

ANIMAÇÃO *TARSILINHA* COROA A TRAJETÓRIA DE 30 ANOS DA PINGUIM CONTENT, PRODUTORA DEDICADA AO PÚBLICO INFANTIL

Em 30 anos de existência, a PinGuim Content, que nasceu como TV Pinguim, demonstrou ser capaz de feitos improváveis, como produzir animação em grande escala no Brasil e exportar séries infantis.

Criada por Célia Catunda, formada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), e por Kiko Mistrorigo, arquiteto vindo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, a produtora já havia feito muita coisa de qualidade quando conseguiu emplacar um sucesso na Discovery Kids: *Peixonauta* (2009), a primeira grande série infantil brasileira.

Peixonauta teve 52 episódios, foi exibida em mais de cem países, gerou licenciamento de produtos e ainda virou longa-metragem. A série seguinte, *O Show da Luna* (2014), que está a caminho da oitava temporada, também viajou o mundo.

Se este breve retrospecto serve de preâmbulo a *Tarsilinha*, em cartaz nos cinemas brasileiros desde a quinta-feira 17, é porque a nova animação da PinGuim parece ser o coroamento dessa longa e feliz trajetória.

O filme, baseado no universo visual e temático de Tarsila do Amaral (1886-1973), une a sensibilidade artística a uma percepção aguda do mercado de produções audiovisuais para a criança.

O projeto nasceu de uma ideia dada pela sobrinha-neta de Tarsila, que achava ser possível explorar os quadros da artista em uma animação. O resultado dessa aventura não apenas escapa de soluções óbvias como alcança o que quase todo filme infantil busca: a magia.

O mote da trama é aquele consagrado nas narrativas que aderem ao tempo e ao espaço mágicos. Tal qual uma Alice que entra no País das Maravilhas, Tarsilinha, ao se ver defrontada com a perda de memória da mãe, mergulha em um lago e chega a um mundo completamente diferente do real.

Nesse mundo, as cores, as formas e as figuras pintadas por Tarsila ganham movimento, personalidade e motivações. Do quadro *A Cuca* (1924), por exemplo, saem o Sapo, companheiro fiel da protagonista, a Lagarta, vilã que ganhou voz com Marisa Orth, a Cuca, que quer, a todo custo, fazer a menina dormir, e o Tatu Pássaro, dublado por Marcelo Tas.

A presença do incontornável *Apaboru* (1928) fica reservada para o final e, ao lado da sequência do trenzinho, lindamente embalada pela melodia de Heitor Villa-Lobos (1887-1959), dá conta de duas das mais populares heranças que o Modernismo brasileiro deixou.

Quis o acaso que, adiado por conta da pandemia, *Tarsilinha* se somasse às celebrações do centenário da Semana de 22 e, de maneira absolutamente original, contribuísse para a percepção do valor do que aqui se passou, artisticamente, um século atrás.

– Por Ana Paula Sousa

O filme usa cores, formas e figuras criadas pela artista modernista

H2O/PINGUIM

O produto esporte

▶ No ritmo em que vamos, não será de espantar, como diz Paulo César Caju, se os norte-americanos acabarem por superar o futebol brasileiro

O grande tema futebol brasileiro neste momento parece incontornável, pois diz respeito à Sociedade Anônima do Futebol (SAF), criada pela Lei 14.193/2021, promulgada em agosto do ano passado. Nos últimos dias, em uma reportagem sobre o assunto, publicada no jornal *O Globo*, li o depoimento dos presidentes de alguns clubes.

Romildo Bolzan Jr., do Grêmio, um dos clubes mais estáveis do País, levantou a bola dizendo que a proclamada SAF foi feita para clubes que estão endividados. No fundo, ele até pegou leve. A verdade é que a maior parte deles está mesmo é insolvente. Bolzan, depois de alguns boatos em torno da transformação do Grêmio em SAF, afirmou que este novo expediente cria dificuldades para que se façam mudanças estruturais nos clubes.

Pessoalmente, ando, há tempos, encucado com a situação do tricolor gaúcho. Na minha cabeça, só uma mudança de diretoria no clube poderia ter provocado tamanha derrocada, a ponto de o time ter deixado de disputar os títulos mais importantes e ser rebaixado à serie B do Campeonato Brasileiro, entre outros percalços.

Trata-se de um clube que, historicamente, sempre teve uma trajetória estável, figurando entre os melhores do País. Só posso atribuir as imensas dificuldades àquilo que acomete quase todos os outros clubes que se veem em situação semelhante: o dinheiro que anda curto. Os anos seguidos de sucesso devem ter deixado os cofres exauridos e, a esta altura, o time se vê obrigado a colocar em prática mudanças que se mostram inadiáveis. De toda maneira, a aprovação da SAF, em processo de discussão, não soluciona o caso. Ao contrário. A alteração estatutária resolve um problema imediato, de forma provisória, mas adia uma solução estrutural. O Grêmio parece retardar uma mudança profunda – esta, sim, necessária.

Na mesma reportagem, Walter Dal Zotto Jr., presidente do Juventude, lembrou uma razão determinante do desequilíbrio financeiro entre os clubes: a impossibilidade de fazer contratos longos que permitam a todos, clubes e jogadores, manter sua estabilidade e, principalmente, o nível técnico do nosso futebol. Os clubes ficam patinando. Como diz a expressão popular, vendem o almoço para pagar a janta.

O presidente Andres Rueda, do Santos, disse o melhor. Ele observa que a lei fala em "compradores" e sentencia, com propriedade, que "o clube tem de ser dos sócios". O que isso significa? Que carecemos de democracia no esporte – algo que, de resto, faz falta em quase todas as atividades da sociedade brasileira. Tenho procurado analisar os negócios de clubes que adotam o futebol-empresa – seja ele em formato de Eireli, Ltda. ou SAF – como sendo arrendados, justamente, com base nessa preocupação de a cessão ter prazo definido.

O Paulo César Caju, em texto publicado na revista *Placar*, mostra-se inconformado – e se situa, inclusive, como um "dinossauro" – com a situação do futebol brasileiro. Ele cita o caso do jovem Luís Henrique, do Fluminense, que, ao se destacar com um golaço contra o Olímpia do Paraguai, pela Libertadores, viu surgir uma onda de protestos pelo fato de seu passe já estar negociado com o Betis, da Espanha.

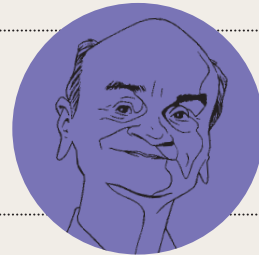
Esta é uma das realidades que atormentam o torcedor brasileiro: a saída prematura das nossas revelações. Na verdade, é ainda pior que isso. Os clubes preparam os garotos não para potencializar seus times, mas, sim, com o olho na venda ao exterior. Isso tudo faz com que o nosso futebol se veja em uma areia movediça.

O Caju vai mais longe. Segundo ele, os clubes cedem as revelações e repatriam veteranos com contratos caros. Nesse ritmo, escreve Caju, não será de espantar se os norte-americanos acabarem por superar o futebol brasileiro. Lembro que já importamos dos Estados Unidos jogadores que saíram daqui jovens e que também foram repatriados. Na conclusão, Caju diz que o esporte é um grande negócio e usa a palavra "produto" para referir-se à NBA, Premier League, La Liga, Bundesliga etc.

Não por coincidência, chega ao Brasil, neste momento, Javier Teba, presidente da LFP, a liga que organiza o Campeonato Espanhol. Ele veio para "orientar" os cartolas brasileiros nas tratativas para a criação da nova liga brasileira, recentemente admitida pela CBF. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

DRAUZIO VARELLA

Mortalidade em excesso

▶ Um estudo publicado pela revista *The Lancet* mostra que o total de óbitos causados pela Covid-19 pode ser superior àquele presente nos registros oficiais

O número total de óbitos causados pela Covid-19 pode ser muito maior do que a quantidade relatada nos registros oficiais. Até 31 de dezembro de 2021, os dados obtidos a partir de fontes oficiais calculavam que 5,9 milhões de pessoas tinham falecido por conta da pandemia do Sars-CoV-2 no mundo.

Sempre soubemos que esses números subestimavam o total de vítimas da pandemia, por não levarem em conta os óbitos que deixaram de ser comunicados às autoridades, por falta de diagnósticos precisos, de acesso à assistência médica e por dificuldades de comunicação e de controle centralizado em dezenas de países com infraestrutura precária de saúde. A revista *The Lancet* acaba de publicar o estudo mais completo sobre o tema, realizado pelo Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), de Seattle, no estado de Washington. O resultado foi surpreendente: até 31 de dezembro do ano passado, teriam morrido de Covid 18 milhões de pessoas, ou seja, o triplo do número citado nas contagens oficiais.

Para estimar números mais próximos da realidade, os autores partiram do que chamamos de "excesso de mortalidade", um indicador calculado pela diferença entre o total de mortes por todas as causas ocorrido em um país ou região e o número de mortes esperadas para aquele período, com base nos dados dos anos anteriores.

Estudos prévios realizados na Holanda e na Suécia demonstraram que, durante a pandemia, as mortes em excesso numa determinada população são, na maioria das vezes, causadas pela Covid-19. As exceções ficam por conta das demais causas de óbito atribuídas a outras doenças, que podem ter ocorrido por falta de tratamento adequado em hospitais e unidades de saúde superlotadas por pacientes infectados pelo Sars-CoV-2, situação enfrentada por quase todos os países do mundo nas piores fases da pandemia.

O IHME coletou os dados em 74 países e territórios. As maiores estimativas de excesso de mortes foram documentadas nos países da região dos Andes: 512 mortes em excesso em cada 100 mil habitantes. No Leste Europeu, esse número foi de 345; na Europa Central, 316; nos países africanos situados abaixo do Deserto do Saara, 309; na América Latina, 274 em cada 100 mil habitantes.

As estimativas do IHME são as primeiras publicadas em revista de primeira linha, em que os estudos passam por revisões criteriosas realizadas pelo corpo editorial, que reúne os especialistas mais renomados. Análise semelhante está em andamento sob a direção da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas ainda não foi publicada. Os resultados do IHME são semelhantes aos da revista inglesa *The Economist*, que também estimou em 18 milhões o número de óbitos por Covid-19 até o fim de 2021.

Embora o número final obtido no estudo organizado pela *The Economist* seja semelhante ao apresentado pelo IHME, as margens de erro falam a favor deste. Na publicação da *The Economist*, o intervalo de 95% de confiança foi de 12,6 milhões a 21 milhões, enquanto na estimativa do IMHE foi de 17,1 milhões a 19,6 milhões – portanto, com margem de erro bem menor.

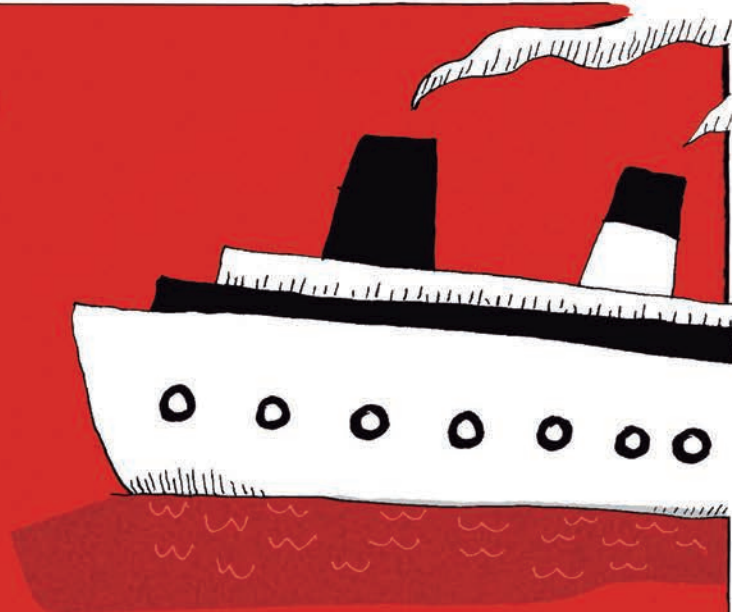
É claro que estudos dessa natureza estão sujeitos a muitas críticas. Em entrevista à *Nature*, Ariel Karlinky, economista da Universidade de Jerusalém, em Israel, considera razoável o número total de 18 milhões de óbitos, mas estranha alguns dados. Por exemplo, no Japão teriam ocorrido 100 mil mortes em excesso, número mais de 6 vezes maior do que o das mortes contabilizadas nas estatísticas oficiais. É pouco provável que um país com serviços de saúde tão organizados tivesse deixado de contar tantos óbitos.

Se existem incertezas na contagem do número de mortes, imaginem a acurácia das estatísticas oficiais em relação ao número de pacientes infectados pelo vírus. Como controlar a prevalência de testes positivos realizados em todas as farmácias? E nos exames realizados em casa ou em reuniões sociais e de trabalho que testam os participantes ao entrar? E o caso dos que permanecem assintomáticos durante o processo infeccioso, condição em que a maioria nem chega a ser testada?

É muito importante sabermos quantas infecções novas e quantas mortes diárias o vírus ainda provoca. Sem esses números, mesmo que imprecisos, não há como implementar políticas públicas nem ter ideia dos perigos que cada um de nós precisa enfrentar. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ENQUANTO ISSO,
NA COLÔNIA...
VENES

Webinar
Educação Básica:
caminhos para
a retomada
—
22/03/2022
Online e gratuito

CartaCapital, com apoio técnico do Todos Pela Educação, promoverá, dia 22 de março, um debate sobre os desafios de um projeto de (re)construção da educação no Brasil. Uma das áreas mais prejudicadas pela pandemia e por seis anos de políticas de austeridade e cortes nos gastos, o ensino será um dos motores não só da recuperação econômica, tão urgente, mas também um pilar da formação de um país consciente, preparado para rejeitar no futuro experiências nefastas como a que está submetido neste momento.

Calendário do evento

Mesa 1

9h10: Abertura Manuela Carta, Publisher de *CartaCapital*
9h20-10h40: "Desafiando a lógica: como estados de menor nível socioeconômico têm mudado o jogo da educação e por que isso é central para o futuro central para o futuro"

Participantes confirmados

Flávio Dino governador do Maranhão

Paulo Câmara governador de Pernambuco

Camilo Santana governador do Ceará

Mesa 2

10h50: Abertura Priscila Cruz, Presidente-Executiva de Todos Pela Educação
11h-12h20 "(Re)construindo a educação que queremos: quais os caminhos para uma educação empoderadora?"

Participantes confirmados

Zara Figueiredo docente, Universidade Federal de Ouro Preto

Binho Marques educador e ex-governador do Acre

Rozana Barroso presidente da Ubes

Gregório Grisa professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Faça a sua inscrição no site:
dialogoscapitais.com.br

Apoio: